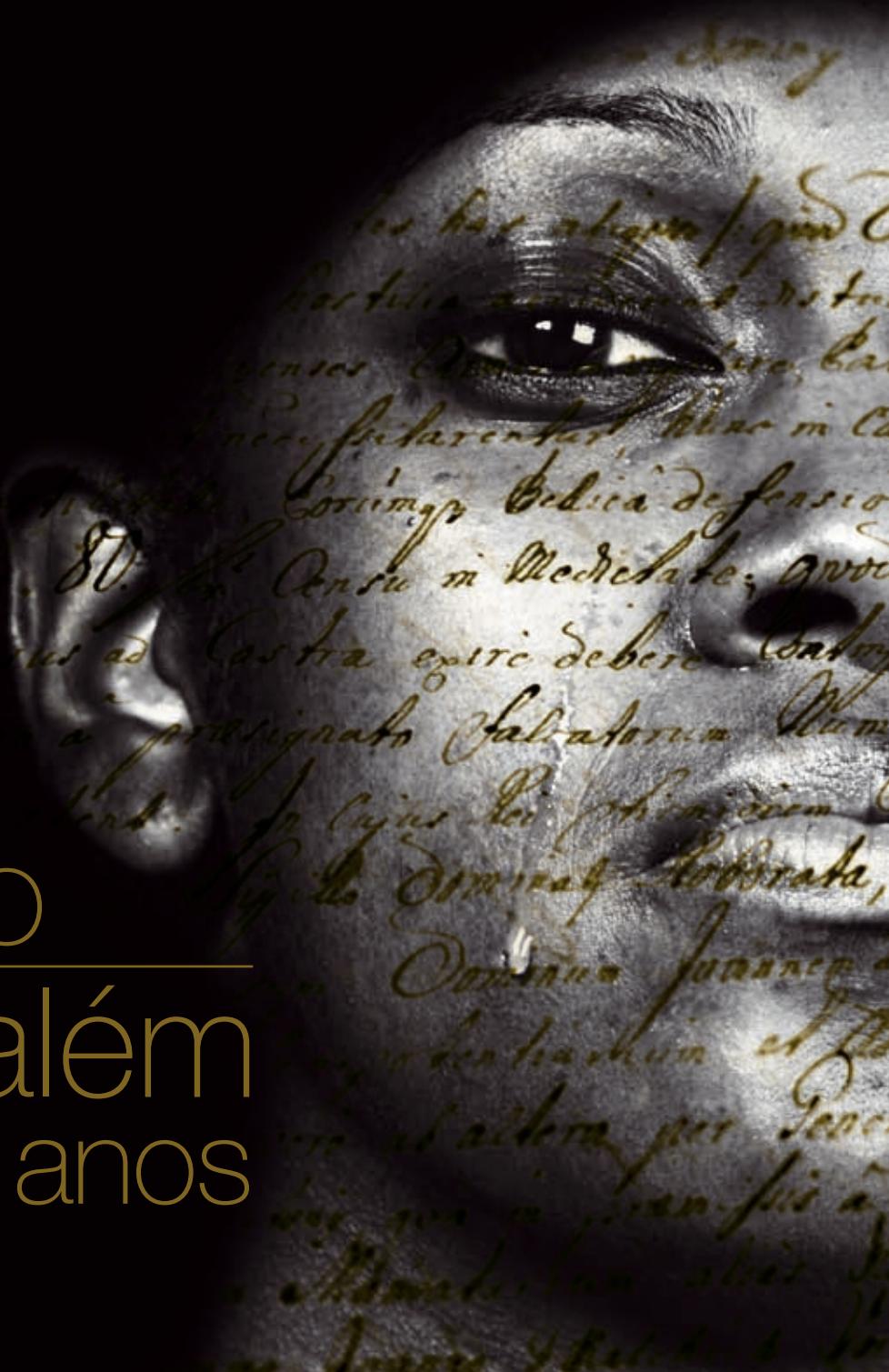


Afirmativa

plural

ANO 5 - Nº 24 - AFROBRAS / UNIPALMARES - R\$ 7,50

ABOLIÇÃO
Muito além
dos 120 anos





13

17

32

09 EDITORIAL

Afirmativa Plural: cinco anos, uma nova cara e muito mais atitude e informação.

13 ENTREVISTA

Mário Lisboa Theodoro, Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA: Negro será maioria até 2010.

17 CAPA

Comparados aos mais de três séculos de escravidão, os 120 anos da abolição são apenas uma fração de tempo e as mudanças estão apenas começando.

24 ARTIGO

Ministro do STF Marco Aurélio Mello Igualdade entre as raças: cidadania e dignidade da pessoa humana como fundamento da república brasileira.

26 PERFIL

João Elói do Amaral, o “Juventude”, nascido há mais de cem anos, em depoimento exclusivo para Afirmativa Plural.

28 CIDADANIA

A história de João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, personagem fundamental na chamada Revolta da Chibata.

32 COMPORTAMENTO

Uma nova dimensão de Simonal, um ídolo nacional e showman único na história brasileira.

35 MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho e as novas oportunidades de formação de recursos humanos, por Marilda R. Sá Ribeiro.

38 EMPREENDEDORISMO

Beleza Natural: atendimento caloroso e empático, sintonizado com as necessidades dos clientes.

40 ARTIGO

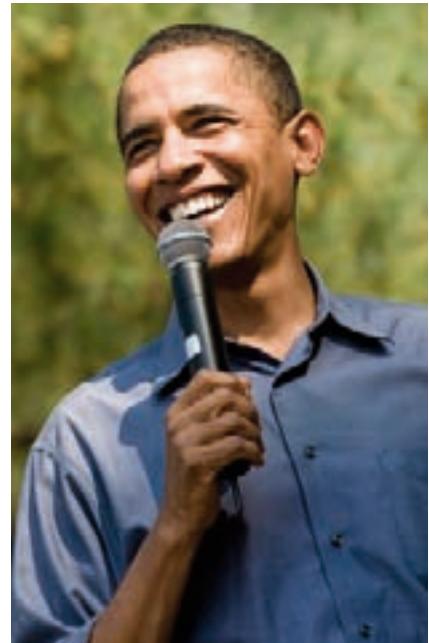
Empreenda com idéias simples e faça acontecer, por André Raduan, da Amway do Brasil.

43 EDUCAÇÃO

Sem prazo para retomada de julgamento, o Prouni aguarda decisão do STF.

48 POLÍTICA

Obama: ele é o novo – na cor, na origem, nas idéias – e venceu o primeiro embate. Agora pode se tornar presidente dos EUA. O que muda com ele?



38

55 POLÍTICA

Ambições mais que republicanas, em artigo de Rosenildo Gomes Ferreira.

56 ECONOMIA

Crescendo à média dos países emergentes, a África está bombando e o Brasil vai lucrar bilhões.

58 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Empresa cria rede de solidariedade e leva educação para crianças e adultos.

60 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Lince Vistorias promove eventos solidários: jantares temáticos em prol de crianças e adolescentes.

43

62 PLURAL

Raposa Serra do Sol e a soberania nacional, em artigo de Paulo Renato Souza, deputado federal.

64 PLURAL

Infanticídio indígena, uma questão cultural.

66 SAÚDE

A hipertensão arterial: fatores de risco e prevalência na raça negra, pelo Dr. Sérgio Francisco Luiz.

48

72 TURISMO

Rica em belezas naturais, a África do Sul encanta também pela cultura e pela história.

76 TURISMO

Você já foi à Bahia? Então vá, então vá.

Seções

69 AGENDA CULTURAL

71 LIVROS

80 AFIRMATIVO

82 BRANCO & PRETO

Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural e da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares – Centro de Documentação, com periodicidade bimestral. Ano 5, Número 24 – Rua Padre Luis Alves de Siqueira, 640 – Barra Funda – São Paulo /SP - Brasil - CEP 01137-040 – Tel. (55 -11) 3392-6005.

CONSELHO EDITORIAL: José Vicente, Ruth Lopes, Raquel Lopes, Francisca Rodrigues, Cristina Jorge, Nanci Valadares de Carvalho, Humberto Adami, Felice Cardinali, Sônia Guimarães.

DIREÇÃO EDITORIAL E EXECUTIVA: Jornalista Francisca Rodrigues (MTb. 14.845 - francisca@afrobras.org.br)

REDAÇÃO E PUBLICIDADE: Maximagem Assessoria em Comunicação (mim@maximagemmidia.com.br)
Tel. (11) 3392-1862.

EDITORA: Zulmíra Felício (Mtb. 11.316 - zulmira.felicio@globo.com)

FOTOGRAFIA: J.C. Santos e Divulgação.

COLABORADORES: Rodrigo Massi (agendacultural@afrobras.org.br), Rosenildo Gomes Ferreira (rosenildoferreira@revistadinheiro.com.br) e Isabela De Luca (estagiária).

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Taise Oliveira (taise@afrobras.org.br).

CAPA: Angela Sato

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Tiff - Estúdio Digital

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Vox Editora

A revista Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras/Unipalmares. A Editora não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos e matérias assinadas. A reprodução desta revista no todo ou em parte só será permitida com autorização expressa da Editora e com citação da fonte.



Uma nova cara

Em seu quinto ano no mercado, a revista Afirmativa Plural está mudando. A partir desta edição, vem com uma “cara” nova, outra forma de distribuição e novos tipos de matérias, exclusivas. A partir de agora, nossa revista terá sempre um grande tema – ligado ao negro – seja histórico, como nesta edição em que discutimos os 120 anos de abolição da escravatura, seja tema do cotidiano que envolva o negro, que procuraremos abordar em profundidade, ouvindo diversas opiniões.

Também estamos mudando a forma de distribuição. Nossa revista poderá ser encontrada agora em alguns pontos de venda, como livrarias, bancas e aeroportos (veja alguns endereços no nosso site www.afrobras.org.br no link Afirmativa). Também estamos fazendo assinaturas, para que você, caro leitor, possa contribuir com esse projeto de dar voz e visibilidade ao negro. Com estas mudanças, alcançaremos um número maior de leitores e acreditamos poder divulgar o pensamento do negro e das pessoas e empresas que trabalham em prol da inclusão e da cidadania de um modo geral.

Nesta edição, além do tema 120 anos de Abolição, trazemos à tona a discussão que acreditamos ainda se prolongará por muito tempo, a das cotas e do Prouni. Não vimos ainda no Brasil - da parte de quem é contra as cotas - sugestões viáveis para reduzir a exclusão do negro no ensino superior. Mas temos dados irrefutáveis, aliás das próprias instituições que oferecem algum sistema de ação afirmativa, de que os alunos que entram nas universidades por meio de cotas, têm apresentado um desempenho bem superior aos dos que não têm cotas. Ou seja: cai por terra o argumento dos que dizem que os cotistas baixariam o nível de ensino dessas instituições, o que confirma que a questão da meritocracia é só uma desculpa dos que querem impedir o desenvolvimento de um povo que só não cresce por falta de oportunidade.

Também trazemos uma nova editoria, a de turismo, em que iremos mostrar a cada edição, um país ou cidade, que tenha ligação com o negro. Nesta edição, trazemos a África do Sul e Salvador. Além disso, mostramos o crescimento da África em termos econômicos e como os brasileiros estão aproveitando esse nicho de negócios.

Em “cidadania” trazemos a história do Almirante Negro, João Cândido, um filho de ex-escravos, que lutou pelos direitos de um povo, de sua classe de marinheiros e finalmente, está sendo reconhecido no Brasil. Uma história emocionante.

Enfim, esta é a nova “cara” da Afirmativa, de que esperamos que vocês gostem. Também esperamos sua contribuição para fazer uma revista cada vez melhor. Mande a sugestão de temas que você quer ver discutidos na nossa revista. Veja nosso endereço no expediente e faça contato. Ficaremos felizes com isso.

Boa leitura a todos!

Francisca Rodrigues
Editora Executiva

Negro será maioria até 2010

POR: ZULMIRA FELÍCIO, EDITORA

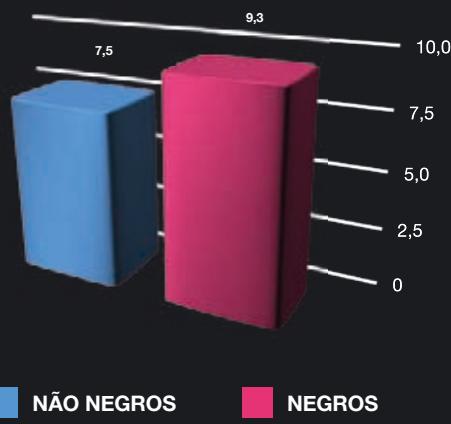
MARIO LISBOA THEODORO,
DOUTOR EM ECONOMIA PELA
UNIVERSITÉ PARIS I, SORBONNE,
E DIRETOR DE COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO IPEA



FOTO: IPEA

O ESTUDO *DESIGUALDADES RACIAIS, RACISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: 120 ANOS APÓS A ABOLIÇÃO*, DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), QUE DEVERÁ ESTAR CONCLUÍDO NOS PRÓXIMOS TRÊS MESES, TRAZ DUAS GRANDES REVELAÇÕES: A QUANTIDADE DE NEGROS DEVE SUPERAR O NÚMERO DE PESSOAS BRANCAS AINDA ESTE ANO; PORÉM, EM SE TRATANDO DE RENDA, A EQUIPARAÇÃO VIRÁ SOMENTE EM 2040, “SENDO MUITO OTIMISTA”, PONDERA MÁRIO LISBOA THEODORO, DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSITÉ PARIS I, SORBONNE, E DIRETOR DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO IPEA, DURANTE ENTREVISTA CONCEDIDA À AFIRMATIVA PLURAL.

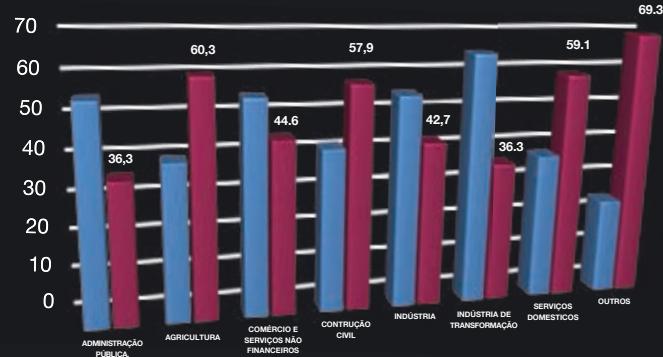
TAXA DE DESOCUPAÇÃO ABERTA - EM %



■ NÃO NEGROS

■ NEGROS

SETORES ECONÔMICOS - EM %



A primeira parte do estudo do IPEA revela breve discussão a respeito da emergência e reprodução das interpretações que são desenvolvidas no Brasil para as desigualdades raciais, desde o período da colonização até hoje. Evidencia que o racismo está fortemente relacionado à escravidão e que ganha status discursivo após a abolição.

A evolução das condições de vida de negros e brancos nas últimas quatro décadas, desenvolvida na segunda parte da pesquisa, aponta a evolução do quadro demográfico, educacional, no mercado de trabalho e nas condições de pobreza e desigualdades. As informações foram colhidas a partir de micro dados da primeira Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 1976, que permitiu estabelecer cruzamentos nos últimos 30 anos.

AFIRMATIVA PLURAL – O estudo do IPEA projeta que ainda este ano a população negra irá superar o número de pessoas brancas. Atualmente a população afrodescendente brasileira é de 49,5%. De quanto será esse aumento?

MÁRIO THEODORO – *Esse aumento se dá devido à taxa de crescimento da população negra ser maior, uma vez que a taxa das pessoas brancas compara-se aos níveis europeus. No PNAD de 1976 a população brasileira era constituída por 57,2% de brancos e 40,1% de negros. Esta divisão foi mudando com pretos e pardos aumentando, gradualmente, seu peso populacional para 43,0% (1987), 44,2% (1996) e 49,5% (2006). Como a transição demográfica ainda é um fenômeno em curso, a população negra deve continuar crescendo mais que a branca até chegar a ser maioria absoluta no*

País. Se a tendência de fecundidade continuar como nos últimos anos, a partir de 2010 o Brasil será um país de maioria absoluta de negros. Como as taxas de fecundidade estão caindo também entre as mulheres negras, haverá uma estabilização da proporção de negros, talvez em torno de 50% da população.

AFIRMATIVA – É certo que a população aumenta entre as camadas mais pobres e com baixa escolaridade...

THEODORO – *População que vive em condições de vida precárias, dotada de pouca informação, tem menos contato com mecanismos contraceptivos, daí a justificativa.*

AFIRMATIVA – O Censo 2000 do IBGE aponta uma coincidência entre a alta concentração de negros e os portos que atuavam como receptores de escravos, sendo que a capital fluminense registra 49,6% (somado negros e pardos) e, Porto Alegre (RS), 16,5% (negros e pardos). Explica-se?

Theodoro – A concentração maior se verifica em locais onde residem as pessoas de baixa renda, a maioria nas regiões Norte e Nordeste do País.

AFIRMATIVA – Muito embora haja aumento da população negra, o senhor afirmou que equiparação de renda só irá ocorrer em 2040. É isso mesmo?

THEODORO – *Sim, sendo muito otimista. Em termos de renda, hoje enquanto um trabalhador branco recebe R\$ 1.087,14/mês, um negro ganha a metade R\$ 578,24/mês, valor que corresponde a apenas 53,2% do total pago. Os ocupados negros correspondem a 60,4% dos que ganham até um salário mínimo e somente 21,7% dos que ganham mais de 10 salários mínimos.*

Entre os ocupados brancos, esses percentuais equivalem a 39,0% e 76,2%, respectivamente.

A taxa de desocupação aberta é maior entre o grupo negro, no qual corresponde a 9,3% (4,5 milhões de trabalhadores). No grupo branco, essa taxa reduz-se para 7,5% (3,7 milhões). Há quase um milhão a mais de negros em situação de desocupação aberta em todo o País. (ver quadros)

AFIRMATIVA – Essa situação não induz a criação de políticas públicas a fim de diminuir as desigualdades sociais?

THEODORO – Mesmo as políticas prevista na Constituição, e que foram implementadas, não atingem as camadas desfavorecidas economicamente, e os negros são os mais pobres entre os pobres. O Bolsa Família, por exemplo, já atingiu um patamar máximo e o crescimento da renda se estabiliza. Os maiores efeitos distributivos do salário mínimo já passaram e só se pode criar o Bolsa Família uma vez.

AFIRMATIVA – Em sua opinião, o que deve ser feito?

THEODORO – Essa situação aponta para mudanças de políticas universais com crescimento econômico, não só de transferência de renda. Precisamos de uma reforma tributária progressiva para que o governo subtraia dos quem têm e distribua em forma de serviços para aqueles que têm pouco de acesso (ou quase nada) a eles (serviços). São necessárias políticas de ação afirmativa. Dada à existência de racismo pessoal e institucional, as ações afirmativas se transformam no único meio de reduzir as desigualdades raciais no Brasil.

AFIRMATIVA – O caminho apontado pelos países que têm atingido um nivelamento social é a educação. Entretanto,

no Brasil, o projeto de lei que institui cotas nas universidades federais arrasta-se há 4 anos, sem aprovação. Foram entregues manifestos pró e anticotas em Brasília (*) e o Supremo Tribunal Federal (STF) não tem data para julgar duas ações de constitucionalidade sobre o tema.

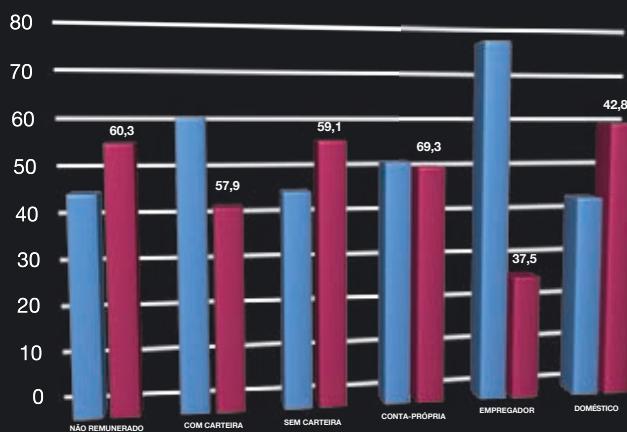
THEODORO – O acesso à educação é relativo. A educação de base está universalizada e aproxima, nos bancos escolares, negros e brancos, diferentemente do ensino superior que os separa, aumentando em até três vezes o número de alunos brancos em relação aos negros declarados nas instituições. A história da educação superior mostra que não é qualquer política que irá reduzir as desigualdades raciais. Hoje, o fechamento das universidades aos negros é um dos fatores mais importantes que impedem sua mobilidade social ascendente. Não se vislumbra que a universidade em algum momento seja para todos. A educação é que dá acesso ao mercado de trabalho. Nossa elite não é da cor do nosso País; é preciso colori-la e diversificá-la.

AFIRMATIVA – No mercado de trabalho, apenas 3,5% de negros ocupam cargos de chefia diante de uma população autodeclarada de 49,5% de afrodescendente. Não faltam estudos e oportunidades para mudar esses números?

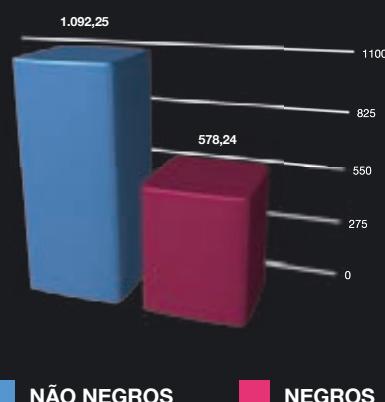
THEODORO – Isso é reflexo da falta de acesso à educação. As cotas podem ter aspectos problemáticos, mas abrem as portas das universidades aos negros. Nenhum aluno tem acesso ao sistema de cotas sem ter atingido a nota mínima exigida, e o aluno só sai da universidade se estiver apto. As cotas têm seu merecimento e, com o tempo, podem mudar esse quadro percentual de 3,5%.

(*) Integra dos manifestos pró-cotas (www.folha.com.br/081342) e anticotas (www.folha.com.br/081346)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - EM %



REMUNERAÇÃO BRUTA MENSAL - EM R\$

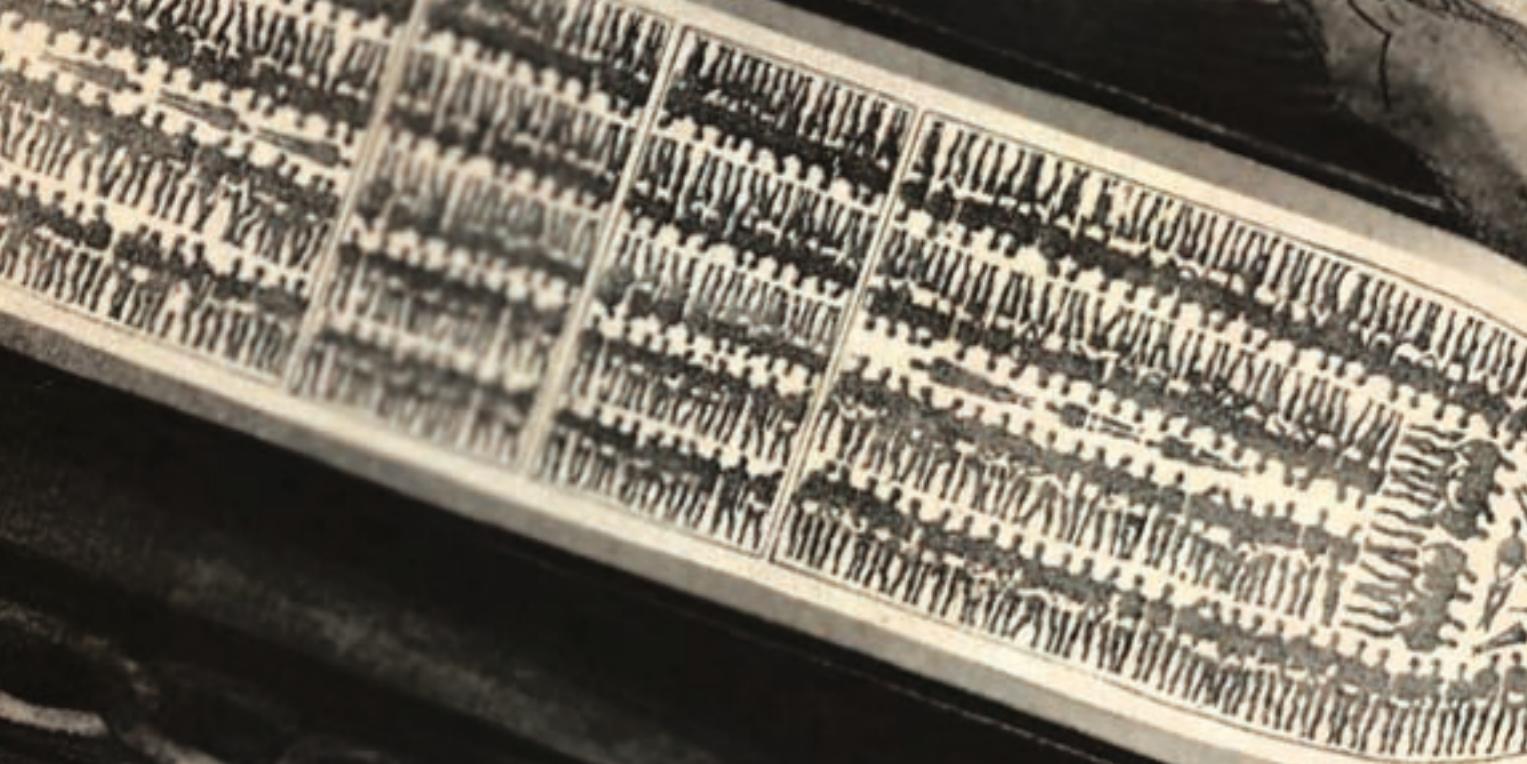


Muito além dos 120 anos

POR: FRANCISCA RODRIGUES
e DOUGLAS KAWAGUCHI

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL COMPLETA, EM 2008, 120 ANOS – O EQUIVALENTE A QUATRO OU CINCO GERAÇÕES. PODE PARECER MUITO TEMPO, MAS, COMPARADO AO PERÍODO EM QUE A ESCRAVIDÃO PERDUROU – MAIS DE TRÊS SÉCULOS –, É SOMENTE UMA FRAÇÃO.





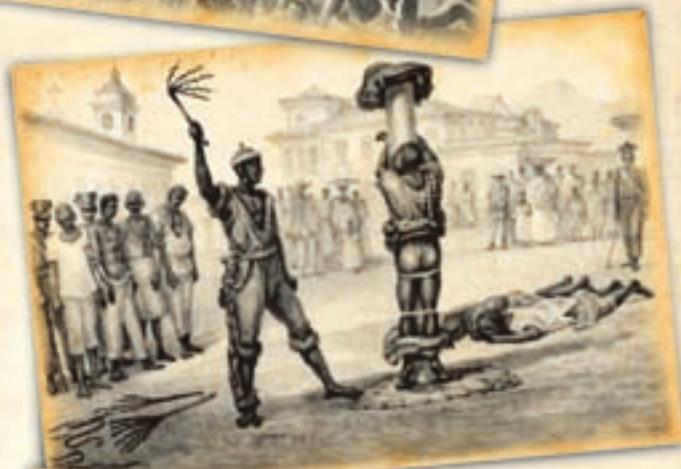
Desde quando o capitão-mor da costa do Brasil, Pero de Góis, solicitou “17 peças de escravos”, em 1533, até a data em que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, em 1888, contam-se 355 anos. Parece razoável considerar que as marcas do período de escravidão sejam bem mais marcantes que as do período de abolição. Ainda mais se considerarmos o ritmo com que as mudanças históricas se dão no Brasil: lento. Além de haver evidências de que a Lei ainda levou algumas décadas para chegar ao interior do país, a aceitação da idéia de o negro ter se tornado um cidadão, pela sociedade em geral, foi e é um processo que caminha a passos de tartaruga.

UMA DIÁSPORA DE MAIS DE TRÊS SÉCULOS

O tráfico de escravos trouxe, amontoados em porões de navios, quase 1,9 milhão de africanos das mais variadas etnias, “ vindos da Angola e de toda a costa atlântica, como Congo, Benin, Senegal, Senegâmbia, Gabão, Nigéria, São Tomé e Príncipe e, a partir do século XIX, Moçambique”, esclarece a professora de História da Universidade de São Paulo e pós-doutora especializada em Brasil Império, Maria Cristina Cortez Wissenbach. Segundo ela, o regime de escravidão durou tanto tempo porque “era uma instituição disseminada por toda a sociedade: no trabalho doméstico, na plantação, nos centros urbanos. Até escravos tinham outros escravos”, diz ela. Um africano poderia se tornar mercadoria

caso fosse capturado em guerras, ou por conta de uma pena judicial. A professora ressalta que os reinos africanos eram um povo mercador que “vendia gente como vendia marfim, ouro ou noz de cola”. Por outro lado, deve-se considerar que uma negociação conta sempre com dois lados: “se o tráfico mundial começa com uma proporção de 100 escravos por ano, ao final do período a demanda é de 60 mil por ano”, lembra a professora. Desta perspectiva, o tráfico pode ser entendido como um complexo processo de oferta e demanda que se desequilibra consideravelmente ao final do período, com a vertiginosa demanda transatlântica por mão-de-obra escrava. Se o Brasil teve o mais duradouro período de escravatura da América, o processo de abolição também não foi curto. Deu-se de forma “lenta e gradual, como pretendiam as elites”, destaca a professora de história da Universidade de São Paulo, Maria Helena Pereira Toledo Machado. Pós-doutora pela USP e pela Universidade de Harvard, a professora é especializada em escravidão e abolição, tendo lecionado sobre o tema na Universidade de Michigan. Estas “leis gradualistas” iniciam-se com a abolição do tráfico de escravos, em 1850, sob pressão da hegemônica Inglaterra – que buscava expandir seu mercado consumidor mundial. Dois fatores foram decisivos neste contexto: “as revoltas de escravos, como afirma o pesquisador Robert Slenes, e uma provável pressão norte-americana”, segundo Maria Helena.

“ SE O TRÁFICO MUNDIAL COMEÇA COM UMA PROPORÇÃO DE 100 ESCRAVOS POR ANO, AO FINAL DO PERÍODO A DEMANDA É DE 60 MIL POR ANO. ”



Com os movimentos abolicionistas ganhando força no país inteiro, estas leis funcionaram como um calmante gradual à população revoltosa. Em 1871, foi vez da Lei do Ventre Livre, que libertou os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Com isso, argumentava-se que a abolição já era um ato consumado, uma vez que não era mais possível a reposição de escravos. Em 1885, vem a Lei do Sexagenário, que deu liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. “A opinião dos senhores era de que a escravidão deveria acabar pouco a pouco, para que a sociedade a absorvesse. Algo como, até 1910. Ninguém defendia publicamente a escravidão, mas esta era considerada ‘um mal necessário’ pelas elites”, afirma a professora.

No entanto, as revoltas se espalhavam violentas, por todo o país, e chegou um momento em que não era mais possível

conter a população. Os escravos estavam se armando, partindo das fazendas e se organizando. Diante da real ameaça, a elite cede a abolição por pura falta de opção. “A idéia de que a abolição é um evento formal doado pela princesa Isabel e pela elite aos pobres negros é uma visão conservadora, criada por políticos interessados em se apropriar de um evento histórico. Na verdade, a abolição foi um evento, do qual escravos libertos e camadas populares participaram ativamente. Foi o primeiro movimento de massas comum ao país inteiro”, afirma.

A abolição envolve uma tensão que foi muito além das senzalas. O capital investido em escravos valia mais do que as próprias terras, de modo que instituições de crédito os aceitavam como garantia para empréstimos. Porém, com a iminente abolição, este tipo de garantia passa a deixar de ser



MARIA HELENA PEREIRA TOLEDO MACHADO

aceito. Sem condições de indenizar os fazendeiros pela perda de capital, o Império se enfraquece, e é neste contexto que ocorre a proclamação da República, em 1889 – um ano após a Lei Áurea. Sem o apoio dos fazendeiros do estado de São Paulo, carro-chefe da economia nacional, o Império cede lugar a um regime que iria subvencionar a imigração de mão-de-obra européia, como forma de substituição da força de trabalho perdida.

A abolição acaba por acalmar os movimentos de revolta, porém não dá perspectivas ao negro recém-liberto: “foi uma vitória para os ex-escravocratas”, salienta a professora.

O DIA 14 DE MAIO

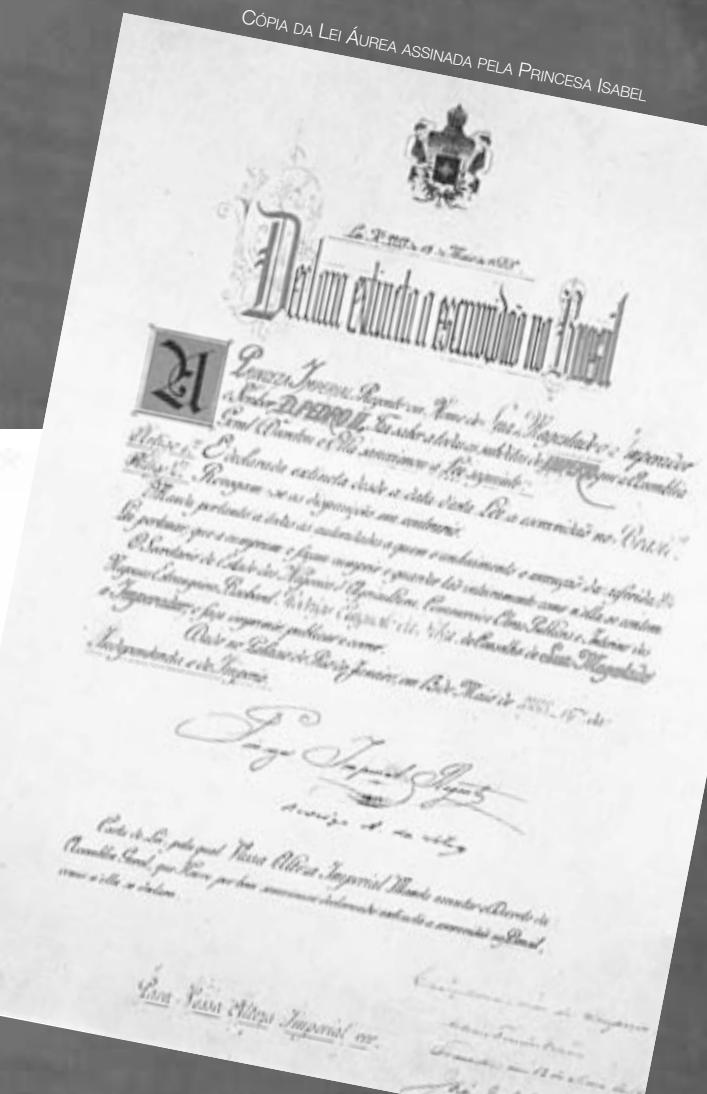
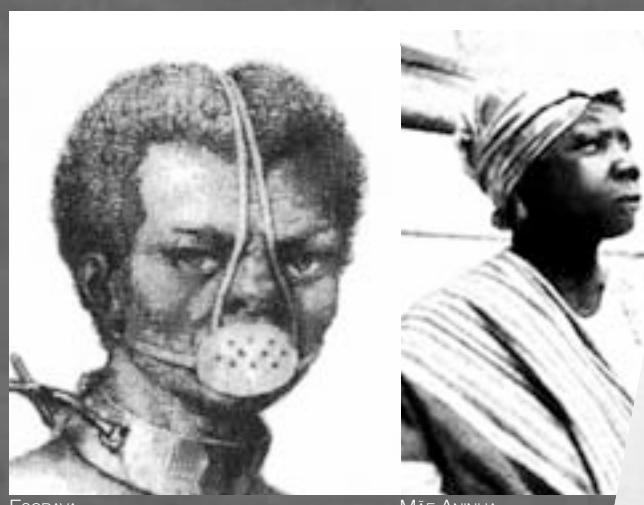
Rejeitando os ex-escravos como trabalhadores assalariados, os senhores argumentavam que estes “não estavam preparados para o trabalho”, ou “careciam de educação para entender o trabalho remunerado”, segundo a professora Maria Helena. Na visão dela, na verdade, ocorria justamente o contrário: “os ex-escravos estavam organizados politicamente, conheciam as leis e, portanto, ofereciam mais riscos do que os imigrantes que chegavam desconhecendo o funcionamento do país”. Além desta causa, ela aponta também o racismo.

A professora de História do Negro da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, Silvana Barbaric, concorda: “o negro sai da fazenda, de onde é expulso, e vai direto para a periferia das cidades”. No Rio de Janeiro, então capital do país, ele “vai morar onde ninguém mora: nos morros, de onde desce para executar trabalhos que ninguém quer executar”. Como numa bola de neve, a pobreza passa a ter a cor negra, enquanto

as elites definem como branca “a cor da modernidade”, importada da Europa. Desta forma, a ideologia de inferioridade étnica funciona como uma “justificativa para uma política sócio-econômica”, na opinião de Silvana.

A professora Wissenbach acrescenta: “da perspectiva do escravo, liberdade é a possibilidade de se mover, de ir e vir”. Assim, o ex-escravo também é personagem ativo do intenso êxodo rural provocado pela abolição. Em seu capítulo no livro *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*, Wissenbach diz que “no dia seguinte ao decreto..., negros e negras deixaram apressadamente os lugares onde tinham vivido... em direção às cidades próximas”.

Está claro que a abolição, da forma como se deu, fez explodir o abismo social que já era latente no país. “O negro continuou a ser discriminado, recebendo os menores salários e a sofrer formas disfarçadas de escravidão”, lembra a professora Maria Helena. E não haveria de ser diferente: embora a escravidão tenha existido na maioria das antigas sociedades, o tráfico de africanos traz uma situação inédita de escravidão ligada à etnia: “o negro é escravo, e o escravo é negro”, afirma Silvana.



ESCRAVA

MÃE ANINHA

O RESGATE DE UMA DÍVIDA SECULAR

No período pós-abolição, os negros eram 2,9% da população do país, na época contada em pouco mais de 16 milhões. Hoje, num Brasil com mais de 180 milhões de habitantes, 6,3% se declaram negros e 43,2% pardos: um total de 49,5% de afrodescendentes - metade da população, em termos práticos. No entanto, um levantamento feito pelo Instituto Ethos em 2007 com as 500 maiores empresas do país mostra que eles ocupam apenas 25,1% dos quadros funcionais, 17,4% dos cargos de supervisão, 17% da gerência e somente 3,5% dos quadros executivos destas empresas - uma prova definitiva da flagrante desigualdade que perdura no país. Estes dados se refletem em salários extremamente mais baixos: em média, um negro ou pardo recebe 51,1% do salário de um branco - praticamente a metade.

A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2005) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que as informações sobre o número de anos de estudo da população ocupada associada aos seus respectivos rendimentos mostram, de forma inalterada tanto em 1995 quanto em 2005, que em torno de dois anos

de estudo de vantagem para a população branca resultam em quase uma duplicação de seus rendimentos em relação aos das populações de pretos e pardos.



**ZUMBI
DOS PALMARES**
**O LÍDER NEGRO DE
TODAS AS RACAS**

SEGUNDO DADOS DE 2007 DO INSTITUTO ETHOS, AS EMPRESAS QUE ESTABELECERAM METAS PARA AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO EM CARGOS DE DIREÇÃO FORAM DE 0% PARA 6% DE 2003 A 2007, E A QUANTIDADE DAQUELAS QUE ESTABELECERAM PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO VISANDO MELHORAR A QUALIFICAÇÃO DOS NEGROS AUMENTOU DE 1% PARA 16%.

Se esta relação se manteve, indicando a desvantagem de pretos e pardos em matéria de remuneração, o quadro se agrava em 2005 ao ser constatada uma queda nos rendimentos médios de ambos os grupos. As informações analisadas indicam que esta correspondência, entre anos de estudo e rendimentos, como tem sido ressaltado nas últimas Sínteses de Indicadores Sociais, não caracteriza a educação como fator suficiente para a superação das desigualdades raciais de rendimentos no Brasil.

As distribuições da população ocupada por anos de estudo permitem constatar como, em 2005, enquanto mais de 2/5 dos pretos e pardos apresentam apenas até 4 anos de estudo e mais de 2/3 dos mesmos somente até 8 anos, entre os brancos, mais de 19% aparecem com 12 anos ou mais de estudo, nível três vezes maior que o dos primeiros.

MAIS POBRES

Uma outra maneira de estudar as desigualdades entre os grupos de cor consiste em comparar sua participação relativa na apropriação da renda nacional. Segundo dados de 2005 do IBGE, entre os 10% mais pobres, os brancos são 26,5%. Já entre o 1% mais rico da população, eles representam mais de 88%. Por sua vez, os pretos e pardos são 74% entre os mais

pobres, e pouco mais de 11% entre os mais ricos.

Início de mudanças – segundo dados de 2007 do Instituto Ethos, as empresas que estabelecem metas para aumentar a participação do negro em cargos de direção foram de 0% para 6% de 2003 a 2007, e a quantidade daquelas que estabelecem programas de capacitação visando melhorar a qualificação dos negros aumentou de 1% para 16%.

O ProUni, criado pela medida provisória (MP) 213/2004, convertida na Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior e reserva bolsas às pessoas com deficiência e aos auto-declarados pretos, pardos ou indígenas. Segundo informações do ProUni, de 2005 ao final de 2007 os bolsistas de cor parda somam 31,76%, e os de cor negra, 12,62% do total de bolsas oferecidas, aumentando significativamente a presença dos afrodescendentes no ensino superior.

Outro projeto de inclusão no ensino superior e no mercado de trabalho para o negro é a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. Em seu campus localizado na Barra Funda, a instituição, que formou sua primeira turma de alunos em 2007, conta com cerca de 1.800 alunos, dos quais 87% são afrodescendentes - 30% deles já estagiando nas maiores instituições financeiras do País e outro tanto já contratados, “mudando a cara dos ambientes corporativos”, diz José Vicente, reitor da Unipalmares.

Apesar de tudo isto, é ainda inegável o abismo que separa o negro do restante da população. Para ser bem-sucedido nos estudos, na carreira e alcançar legítimo status de cidadão, é de fundamental importância que o negro “conheça e reconheça sua história”, afirma Silvana Barbaric. É preciso que, antes de tudo, ele recupere sua auto-estima, para, em seguida, ter condições de lutar e buscar seu lugar numa das mais desiguais sociedades do mundo. Num país em que tudo parece caminhar vagarosamente, a idéia de uma abolição estruturada, que combatesse a desigualdade por meio da concessão de pequenas porções de terra aos libertos, já era

defendida pelo engenheiro e abolicionista André Pinto Rebouças desde o período pré-abolição, porém somente nos últimos anos é que a questão de ações afirmativas tem entrado seriamente em pauta na sociedade. Ao que tudo indica, será preciso ainda muita luta e resistência. Nada a que o negro não esteja habituado, como vimos.

“
PARA SER BEM-SUCEDIDO NOS ESTUDOS, NA CARREIRA E ALCANÇAR LEGÍTIMO STATUS DE CIDADÃO, É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA QUE O NEGRO CONHEÇA E RECONHEÇA SUA HISTÓRIA”
”



DE CIMA PARA BAIXO: SILVANA BARBARIC, PROFESSORA DE HISTÓRIA DO NEGRO DA UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES, SEDE DA UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES.



Igualdade entre as Raças

NA CONSTITUIÇÃO DE 1988, ADOTOU-SE PELA PRIMEIRA VEZ UM PREÂMBULO – O QUE É SINTOMÁTICO, SINALIZANDO UMA NOVA DIREÇÃO, UMA MUDANÇA DE POSTURA -, APÓS O QUE A LEI MAIOR É ABERTA COM O ARTIGO QUE LHE EVIDENCIA O ALCANCE: CONSTAM COMO FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA BRASILEIRA A CIDADANIA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Do artigo 3º vem-nos luz suficiente ao agasalho de uma ação afirmativa, à percepção de que o único modo de se corrigir desigualdades é colocar o peso da lei, com a imperatividade que ela deve ter em um mercado desequilibrado, a favor daquele que é discriminado, que é tratado de forma desigual. Nesse preceito são considerados como objetivos fundamentais de nossa República: primeiro, construir – preste-se atenção a esse verbo – uma sociedade livre, justa e solidária; segundo, garantir o desenvolvimento nacional – novamente temos aqui o verbo a conduzir não a uma atitude simplesmente estática, mas a uma posição ativa: erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, por último, no que nos interessa, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Pode-se afirmar sem receio de equívoco, que se passou de uma igualdade estática, meramente negativa, no que se proibia a

discriminação, para uma igualização eficaz, dinâmica, já que os verbos, “construir”, “garantir”, “erradicar” e “promover” implicam, em si, mudança de óptica, ao denotar “ação”. Não basta não discriminar. É preciso viabilizar – e encontramos na Carta da República, base para fazê-lo – as mesmas oportunidades. Há de ter-se como página virada o sistema simplesmente principiológico. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa. E é necessário que seja a posição adotada pelos nossos legisladores. O fim almejado por esses dois artigos da Carta Federal é a transformação social, com o objetivo de erradicar a pobreza, que é uma das maneiras de discriminação, visando-se, acima de tudo, ao bem de todos, e não apenas daqueles nascidos em berço de ouro.

MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIA MELLO

é Ministro do Supremo Tribunal Federal



100 anos de vida. Apaixonado pelo passado, apesar de tudo

POR: ZULMIRA FELÍCIO E DOUGLAS KAWAGUCHI



JOÃO ELÓI DO AMARAL NASCEU ESCRAVO E DIZIA TER VOLTA DE 100 ANOS. SE A DATA DE SEU NASCIMENTO É INCERTA, O FALECIMENTO SE DEU EM 07/06/2008. O PERFIL DESTA EDIÇÃO DA AFIRMATIVA PLURAL - ENTREVISTA CONCEDIDA EM ABRIL ÚLTIMO -, É DO SEU ELÓI, O “JUVENTUDE”, COMO ERA CONHECIDO. A NOSSA HOMENAGEM.

Quem conversa com João Elói do Amaral custa a entender como um homem com uma biografia tão sofrida possa falar de sua vida com um sorriso tão espontâneo, no rosto enrugado. No Jardim Paulistano, bairro pobre da capital paulista onde mora há 18 anos, é mais conhecido como Juventude – uma referência bem-humorada à sua idade avançada. Seu Elói calcula ter por volta de 100 anos de idade, embora não disponha da documentação que comprove o ano exato de seu nascimento, “provavelmente dia 26 de outubro”. O motivo é simples: ele nasceu escravo, não tendo acesso a certidão de nascimento ou outras formalidades reservadas às pessoas livres, na época.

Não é preciso ser mestre em matemática para perceber que existe uma incoerência entre a história que consta nos livros escolares e aquela contada por este negro de olhos acinzentados pela idade: seu Elói diz ter nascido por volta do ano 1900, ou seja, 12 anos após a Lei Áurea ser assinada pela princesa Isabel, no dia 13 de maio de 1888. Seria, portanto, livre. Não é o que o encarregado da limpeza e conservação do Jardim Paulistano diz: “A escravidão acabou nas cidades. Na roça, ainda persistiu por muitos anos”, recorda-se de receber castigos a chicote até a segunda década do século passado – o que significaria quase 30 anos de atraso para que a lei fosse cumprida no interior do Rio de Janeiro, onde vivia. A reportagem da *Afirmativa Plural* questionou as professoras da Universidade de São Paulo, Maria Cristina Cortez Wissenbach e Maria Helena Pereira Toledo Machado, ambas especialistas em história da abolição, sobre a escravidão tardia. As duas acreditam que, dado o contexto em que surgiu a lei da Abolição, a história de João Elói seja não apenas possível, mas provável. “Não se muda uma mentalidade escravista de um dia para o outro”, afirma a professora Wissenbach (veja reportagem na página 19).

Sétimo dos 14 filhos de Elói Dias do Amaral e Lucinda do Amaral, João Elói é o único que ainda está vivo. Debilitado por um problema na perna, seu Elói conta as histórias de sua vida com o ânimo de um “apaixonado pelo passado”, como define. Sentado na cama de seu minúsculo quarto – que parece ter sido um galpão, delimitado por tábuas, contendo algumas caixas amontoadas, um

carrinho de mão, uma TV muito velha, nenhuma janela e três imagens de Jesus Cristo, além de uma da Virgem Maria –, o simpático senhor responde de imediato, ao ser questionado sobre o que se lembra da infância: “as chicotadas. Essas, eu não esqueço, jamais”. Motivos não faltavam: “se demorasse para fazer o serviço, se chorasse, reclamasse”. Ainda criança, assistiu à morte de sua avó, presa em um tronco, não sem antes ser torturada com a extração, alicate, de cada um dos dentes. Motivo da punição: um simples elogio de uma visitante na fazenda: “que belos dentes tem essa negra”.

Nesta época, seu Elói comia angu com caldo-de-cana pelo café-da-manhã e batata no almoço. Muito raramente, sobras de carne que o senhor dava aos negros. Transportado dentro de caixotes, era levado, como uma mercadoria, para fazendas de diferentes donos, pelo interior dos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Quando chegou à cidade de Piraporinha, em São Paulo, conclui que finalmente já não era

mais escravo: “Lá, eu não apanhava mais. Não tinha esse negócio de espancamento do negro”. Tinha então 12 anos de idade. Ele conta com orgulho de quando trabalhou em um banco que hoje não existe mais, “foi como vigia do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais”. Esse fato não é o auge de sua vida, mas seu amor por Léa. “Eu tinha 22 anos e ela morava no Morro do Alemão, no Rio, onde só tinha branco”. Emocionado, ele canta para nossa equipe de reportagem alguns versos da serenata que dedicou à moça – branca, “que gostava de mim, mesmo assim”. “Mas, o pai dela me botou para correr. ‘Macaco não casa com minha filha’, gritava”. Seu Elói ainda tem um sonho: conhecer o pico do Jaraguá, para encontrar os índios que falam tupi-guarani, “a língua mais bonita do mundo”, opina. A reportagem da *Afirmativa Plural* se propôs a levá-lo, mas será preciso aguardar o tratamento de sua perna. Aposentado por idade, ele gosta do trabalho de limpeza e conservação das ruas, porque assim tem contato com a juventude: “sou um apaixonado pelo passado”, confessa. Ainda que seja um passado de injustiça, como o seu. Seu Elói é a prova viva de que a aberração da escravidão é ainda algo recente e que deixa muitas marcas em todos nós.

“ AS CHICOTADAS. ESSAS,
EU NÃO ESQUEÇO, JAMAIS ”

CIDADANIA



O almirante negro

O BRAVO GAÚCHO DO RIO PARDO RESISTIU A TODOS OS CASTIGOS FÍSICOS E MORAIS.

FOTOS: ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL

Nascido na Província do Rio Grande do Sul, filho de ex-escravos, João Cândido Felisberto (1880-1969), apresentou-se na Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul e alistou-se com o número 40, em 1894. Entrou como grumete, em 10 de dezembro de 1895, aos 13 anos de idade, fazendo a sua primeira viagem como Aprendiz de Marinheiro. Posteriormente chegou a navegar pelos rios e mares do Brasil e da Europa.

Em 16 de novembro de 1910, um dia após a posse do Marechal Hermes como presidente do Brasil, o marinheiro negro Marcellino Rodrigues de Menezes foi punido com 250 chibatadas, conforme os jornais da época, aplicadas na presença de toda a tripulação do Encouraçado Minas Gerais. O uso da chibata como castigo na Armada já havia sido abolido em um dos primeiros atos do regime republicano. Todavia, o castigo cruel continuava de fato a ser aplicado, a critério dos oficiais. Num contingente de maioria negra, centenas de marujos continuavam a ter seus corpos retalhados pela chibata, como no tempo do cativeiro. Entre os marinheiros, insatisfeitos com os baixos soldos, com a alimentação ruim e, principalmente, com os degradantes castigos corporais, cresceu o clima de tensão. Em 22 de novembro de 1910, João Cândido assumiu o comando do navio Minas Gerais, pleiteando a abolição dos castigos corporais na Marinha de Guerra do Brasil. Por quatro dias, os navios de guerra São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Deodoro apontaram seus canhões para a Capital Federal. Enviaram uma mensagem ao presidente Hermes da Fonseca: "nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e

republicanos, não podemos mais suportar a escravidão na Marinha brasileira". A revolta havia durado cinco dias e terminou com o compromisso do governo federal de acabar com o emprego da chibata na Marinha e de conceder anistia aos revoltosos, mas João Cândido e os demais implicados foram detidos. As forças militares, inconformadas com a solução política encontrada para a crise, apertam o cerco contra os marinheiros. João Cândido, sentindo o perigo, ainda tenta reunir o Comitê Geral da revolução, inutilmente. Surge, então, um decreto pelo qual qualquer marinheiro podia ser sumariamente demitido. A anistia fora uma farsa para desarmá-los. São acusados de conspiradores, espalham boatos de que haveria uma outra sublevação. Finalmente, afirmam que a guarnição da ilha das Cobras havia se sublevado. Pretexto para que a repressão se desencadeasse de modo violento sobre os marinheiros negros. Os poucos sublevados daquela ilha propõem rendição incondicional, o que não é aceito. Segue-se uma verdadeira chacina. A ilha é bombardeada até ser arrasada. João Cândido e os seus companheiros de revolta são presos e mantidos incomunicáveis. João Cândido, juntamente com alguns companheiros foi recolhido a uma masmorra da ilha das Cobras, onde viviam como animais. Dos 18 recolhidos ali, 16 morreram. Uns fuzilados sem julgamento, outros em consequência das péssimas condições em que viviam enclausurados. João Cândido enlouqueceu, sendo internado no Hospital dos Alienados. Tuberculoso e na miséria, consegue, contudo, restabelecer-se física e psicologicamente.

COMANDANTE, IMEDIATO E OFICIALIDADE DO GRANDE COURAÇADO.



A sua vida pessoal foi profundamente abalada pelo suicídio de sua segunda esposa (1928). Em 1930 foi novamente detido, acusado de subversão. Em 1933 foi convidado e aderiu à Ação Integralista Brasileira, movimento nacionalista de direita inspirado no fascismo italiano fundado em 1932, pelo escritor Plínio Salgado, chegando a ser o líder do núcleo integralista de Gamboa, no Rio de Janeiro.

Em 1959 voltou ao Sul do País para ser homenageado, mas a cerimônia foi suspensa por interferência da Marinha do Brasil. Perseguido constantemente, morre como vendedor no Entreponto de Peixes da cidade do Rio de Janeiro, sem patente, sem aposentadoria e até sem nome. Faleceu de câncer no Hospital Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, pobre e esquecido, em 1969, aos 89 anos de idade.

A sua memória foi resgatada na década de 1970 pelos compositores João Bosco e Aldir Blanc, no samba O mestre-sala dos mares. Em outubro de 2005, o deputado nacionalista Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) apresentou o projeto de lei n. 5874/05, determinando inscrever o nome de João Cândido no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF).

Em 22 de novembro de 2007 (aniversário de 97 anos da Revolta da Chibata), foi inaugurada uma estátua em homenagem ao Almirante Negro, João Cândido Felisberto, nos jardins do Museu da República, antigo Palácio do Catete, prédio do governo bombardeado durante a revolta.

A estátua, de corpo inteiro, de João Cândido, com o leme em suas mãos, foi afixada de frente para o mar.

Em setembro de 2007, faleceu, aos 82 anos de idade, a filha caçula de João Cândido, Dona Zeelândia Cândido, que dedicou sua vida a obter a reintegração do nome de seu pai à Marinha do Brasil, corporação da qual saiu sem quaisquer direitos.

No último mês de março, a Marinha liberou, após 97 anos, documentos referentes ao marinheiro de 1ª classe João Cândido Felisberto, e ajudou a localizar sua ficha no Arquivo Nacional, agora tornada pública.

O documento mais importante é a ficha funcional. João Cândido entrou para a Marinha como grumete em 10 de dezembro de 1895, chegou a ser promovido a cabo, mas depois foi rebaixado. Nos 15 anos em que permaneceu na Armada, ele foi castigado em nove ocasiões com prisões que variaram de dois a quatro dias.



Não há registro, na sua ficha de 24 páginas escritas à mão, de que tenha sido espancado, como era comum. Sua ficha registra dez elogios e uma promoção a cabo (1903), revogada definitivamente em 1907. Mas tem também um elogio por bom comportamento, em setembro, três meses antes de liderar a rebelião. A liberação dos documentos deve-se a uma equipe de cinco historiadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, liderada por Marco Morel, contratado pelo Projeto Memória da Fundação do Banco do Brasil para fazer uma pesquisa sobre o líder da revolta.

O samba "O Mestre-Sala dos Mares", de João Bosco e Aldir Blanc, composto nos anos 70, imortalizou João Cândido e a Revolta da Chibata. Mas não foi fácil para os autores conseguir gravar. O compositor Aldir Blanc conta: "Tivemos diversos problemas com a censura sobre essa música. Ouvimos ameaças veladas de que a Marinha não toleraria loas e um marinheiro que quebrou a hierarquia e matou oficiais, etc. Fomos várias vezes censurados, apesar das mudanças que fazíamos, tentando não mutilar o que considerávamos as idéias principais da letra.

"O problema é essa história de negro, negro, negro..."

Blanc conta que decidiram dar uma espécie de saculejo surrealista na letra. "Para confundir, metemos baleias, polacas, regatas e trocamos o título para o poético e resplandecente "O Mestre-Sala dos Mares", saindo da insistência dos títulos com Almirante Negro, Navegante Negro, etc. O artifício funcionou bem e a música fez um grande sucesso nas vozes de Elis Regina e João Bosco. Tem até hoje dezenas de regravações e foi tema do enredo "Um herói, uma canção, um enredo – Noite do Navegante Negro", da Escola de Samba União da Ilha, em 1985. Blanc se diz orgulhoso de, por causa deste samba, ter recebido a Medalha Pedro Ernesto, com João Bosco e o próprio Edmar Morel, na presença dos filhos de João Cândido.

VERSÃO LIBERADA

O Mestre-Sala dos Mares

João Bosco e Aldir Blanc

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo marinheiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como almirante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas

Rubras cascatas
Jorravam das costas dos negros
Entre cantos e chibatas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do marinheiro gritava, então:

Glória aos piratas, às mulatas, às sereias,
Glória à farofa, à cachaça, às baleias,
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais.....

Salve o almirante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

(Mas, salve...)

Salve o almirante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

Assim, Morel conseguiu autorização de um dos dois filhos vivos de João Cândido, Adalberto, para ter acesso aos documentos.

João Cândido foi redescoberto pelo jornalista Edmar Morel (1912-1989), autor do livro que passou a identificar a rebelião: A Revolta da Chibata (1959).

Edmar foi encontrá-lo como carregador no antigo mercado de peixes da praça 15, no centro do Rio de Janeiro. O historiador Marco Morel, que se dedica ao ensino e à pesquisa histórica, é neto de Edmar Morel.

VERSÃO CENSURADA

O Mestre-Sala dos Mares

João Bosco e Aldir Blanc

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como navegante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas

Rubras cascatas
Jorravam das costas dos santos
Entre cantos e chibatas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do feiticeiro gritava, então:

Glória aos piratas, às mulatas, às sereias,
Glória à farofa, à cachaça, às baleias,
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais.....

Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

(Mas, salve...)

Salve o navegante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

Uma nova dimensão de Simonal

POR: ZULMIRA FELICIO E MAURÍCIO MARTINS

ELE ERA DONO DE UMA ELASTICIDADE IMPRESSIONANTE E TINHA RAÇA E TALENTO COMO NENHUM OUTRO GOLEIRO ATÉ ENTÃO NO BRASIL. TRANSMITIA SEGURANÇA AOS SEUS COMPANHEIROS DE TIME E ERA VISTO COMO UM OBSTÁCULO AOS ADVERSÁRIOS. FOI CONVOCADO PARA DISPUTAR A COPA DO MUNDO PELA SELEÇÃO BRASILEIRA. A FESTA COMEÇA. O BRASIL CHEGA À FINAL DO CAMPEONATO SEM MAIORES DIFICULDADES, TUDO ESTAVA PERFEITO, A TAÇA DE CAMPEÃO PRATICAMENTE NOSSA, SÓ FALTAVA MAIS UM JOGO.

No dia 16 de julho de 1950, no estádio do Maracanã, o atacante uruguaiu Ghiggia o surpreendeu. Um chute forte da ponta direita, o goleiro salta para trás e toca a bola. Tarde demais, a redonda rola para o fundo da rede e o goleiro no chão. O silêncio no estádio dá o resultado em campo: Uruguai eleito Campeão Mundial de Futebol. O goleiro jamais foi perdoado, seu nome era Moacir Barbosa. Foi do auge à queda, morreu sem absolvição.

Dezenove anos depois, o Ginásio Gilberto Cardoso, o Maracanãzinho, é palco de uma das maiores apresentações de um artista popular. Cerca de 30 mil pessoas cantam em coro com Wilson Simonal, que tinha sido contratado para abrir o show de Sérgio Mendes e se tornara atração principal da noite. A multidão canta, bate palmas e assobia. Ele controla como um verdadeiro maestro a emoção que contagia homens e mulheres. Um ídolo nacional e showman único na história do País. Simonal vive uma das melhores fases de sua vida. Negro, de origem pobre, encontrou na música o sucesso e a glória. Estava no auge de sua carreira quando tudo mudou em sua vida.

Descoberto pelo apresentador Carlos Imperial, Simonal surgiu no início dos anos 60, no Rio de Janeiro, e rapidamente se lançou como artista revelação da época. Depois do primeiro disco começaram os shows e, além das músicas, seu carisma e swing conquistavam cada vez mais o público. Sua ousadia e irreverência ganhavam cada vez mais repercussão. Foi o primeiro artista negro a apresentar um

programa de TV. O Show em Si Monal foi líder de audiência na TV Record, enquanto durou.

Wilson Simonal se tornou o expoente máximo do movimento musical chamado “Turma da Pilantragem” que, entre outras coisas, simbolizava a preferência por dirigir automóveis caros, vestir-se bem e viver cercado por lindas mulheres. Acima de qualquer crítica, esbanjava interpretação vocal, falava de questões raciais e nunca deixou de lembrar sua origem pobre. “Essa coisa do bom humor que ele tinha, acho que ele usava isso como uma técnica, usava a irreverência para conseguir espaço e temas que para ele eram importantes”, diz Simoninha, cantor e produtor musical, sobre o pai.

Sua fama e popularidade eram comparáveis apenas a Roberto Carlos. Cantou com Sara Vaughan e Elis Regina, batia bola com Pelé. Tudo começou a mudar em agosto de 71 e, do céu para o inferno, Simonal passou em pouco tempo. Durante a ditadura militar seu nome foi envolvido com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), após ser acusado de mandar policiais darem uma surra no contador de sua firma, por acreditar que ele o teria roubado. Foi acusado de “dedo-duro” pela imprensa e rejeitado pelo meio artístico. Jogado no ostracismo sem direito a defesa, passou a vida toda tentando se defender. Morreu sem anistia, no ano de 2000, igual ao goleiro Barbosa da Seleção Brasileira de Futebol. No entanto, em 2003, a família, que solicitou investigação sobre o caso, teve a reabilitação simbólica pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a partir do documento de 1999, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que informa

que não havia nenhuma ligação de Simonal com a ditadura. “A história dele é a história de muitas outras pessoas, em outras áreas, que também têm uma ascensão muito grande na vida e, talvez pela questão racial, ainda tenham que enfrentar certos problemas, desconfianças que podem, de uma hora para outra, atrapalhar tudo na vida”, diz Simoninha. Simonal teve sua história retratada no documentário *Ninguém sabe o Duro Que Dei*, de Cláudio Manoel, Micael Langer e Calvito Leal, que lança um olhar sobre a ascensão

e queda de um dos maiores artistas que o país já teve. Com imagens e momentos marcantes o filme é capaz de emocionar quem não conheceu sua trajetória de vida e serve como registro histórico de uma pessoa que foi mantida à margem e privado de exercer sua profissão. Esta é uma oportunidade para que as pessoas conheçam a real dimensão de Simonal na música popular brasileira e o coloquem no seu devido lugar de destaque.

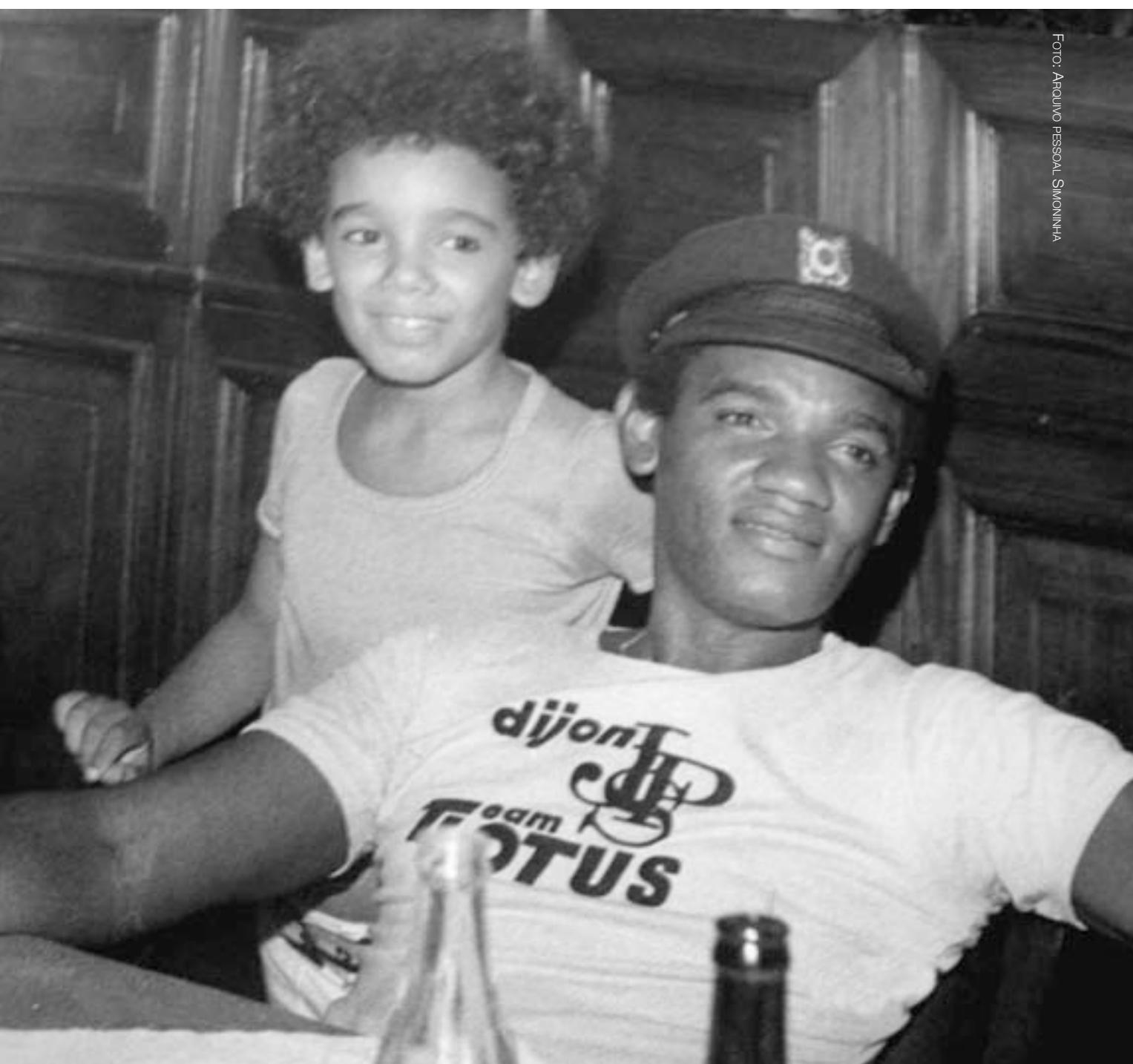


FOTO: ARQUIVO PESSOAL SIMONINHA

O mercado de trabalho e as novas oportunidades de formação de recursos humanos e pesquisa

A flexibilização do monopólio da exploração e produção de petróleo e gás pela União possibilitou a entrada de novos investidores na indústria petrolífera brasileira. A abertura dinamizou as atividades, além de proporcionar o crescimento do setor. Dados obtidos junto à ANP nos revelam que houve um aumento de 75% na produção de hidrocarbonetos e de 60% das reservas provadas, desde a implementação do novo modelo institucional, em 1998. Da tímida participação de 3,36% que tinha no PIB brasileiro em 1997, o segmento passou à expressiva participação de quase 10% no ano de 2007.

Ao longo das rodadas de licitações para a outorga e concessão de blocos para a exploração e produção de petróleo e gás, vários fatores, como a lisura do processo, a atratividade das áreas e a

estabilidade política, têm tornado o Brasil um novo e promissor mercado produtor para as empresas de E&P⁽¹⁾. O sucesso da Nona Rodada de Licitações, realizada em novembro de 2007, foi inegável, apesar dos sobressaltos ocasionados pela retirada de áreas às vésperas do leilão. Sobressaiu entre os resultados o número de empresas: foram 66 empresas habilitadas, dentre elas, 20 novos entrantes. Atuam no país 60 grupos econômicos, em 530 concessões vigentes, sendo 21 referentes aos contratos celebrados para as áreas com acumulações marginais⁽²⁾. Segundo a Lei 9478/97 e o edital de Licitações, uma empresa só poderá assinar um contrato de concessão se criar uma empresa com sede e administração no Brasil. Cada nova empresa petrolífera traz para o mercado novas oportunidades



de negócios para as empresas fornecedoras de bens e serviços voltados para a atividade, e também gera empregos diretos em toda a cadeia produtiva. Advogados, administradores, econômistas, engenheiros, geólogos, técnicos e outros profissionais são todos de extrema importância para a indústria.

Em contrapartida, o crescimento industrial pode não ser acompanhado pela formação de recursos humanos especializados e suficientes às suas necessidades. Prevendo tal dificuldade, a própria Lei do Petróleo, em seus artigos 49 e 50, reserva uma parcela dos royalties e o Contrato de Concessão, na cláusula 24, determina que campos de grande rentabilidade (os que devem participação especial) destinem 1% da receita bruta para o investimento em programas de formação de tecnologia e mão-de-obra voltadas para a indústria.

A arrecadação dos royalties é calculada e dividida em diferentes proporções. A parcela que não exceder 5% será deduzida com base na Lei 7.990/89 e o Decreto nº 01/91, já a parcela a ser deduzida entre 5% e 10% tem como base legal a lei 9478/97 e o Decreto nº 2.705/98. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) receberá 25%, conforme disposto no artigo 49, inciso I, alínea d e inciso II, alínea f, para investir em programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, com o apoio técnico da ANP, em cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º da Lei do Petróleo.

A Agência Nacional do Petróleo administra os recursos acima mencionados, por meio de dois programas, o Programa de Recursos Humanos – PRH e o Programa de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.

O PRH-ANP, lançado em 1999, atualmente administra o funcionamento de 36 programas em 23 universidades, distribuídas por 13 estados da Federação em diferentes áreas do conhecimento, abrangendo tanto a parte técnica como o planejamento e a regulação do setor. Foram investidos até o ano de 2007 quase R\$ 150 milhões nos programas mantidos pela ANP, em parceria com o MCT.

Alguns programas, como o PRH-33, da Faculdade de Direito da UERJ, vieram atender a uma antiga demanda: a formação de especialistas da área jurídica. Ao longo de sua existência foram elaboradas 37 monografias sobre temas de interesse da indústria do petróleo nas diversas disciplinas e 9 trabalhos entre dissertações de mestrado e teses de doutorado. No âmbito do PRH-33 nasceu um centro de pesquisas voltado para o Direito e negócios de petróleo e gás, o Centro de Estudos Avançados e Pesquisa em Direito do Petróleo (CEDPETRO). Atualmente, o centro de estudos realiza ou apóia cursos de especialização, seminários, congressos, e lançou a Revista Brasileira de Direito do Petróleo - RBDP. Já o Programa de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento tem investimentos oriundos dos campos que pagam participação especial. Segundo dados da Superintendência de

Participações Governamentais – SPG, até o ano de 2005 foram arrecadados R\$ 1.751.208.635,64 para a formação de recursos humanos e tecnologia. Em 2005 foi regulamentada, através da Resolução ANP 33/05, a utilização dos valores advindos da cláusula de investimentos em P&D. Seguindo as disposições do regulamento, metade da verba pode ser utilizada em projetos diretamente contratados pela empresa, a outra metade será distribuída para projetos de instituições cadastradas pela Agência. Mas a formação de recursos humanos especializados não é desafio apenas da ANP. No âmbito federal, o Programa Nacional de Mobilização da Indústria do Petróleo (Prominp) desenvolve um Plano de Qualificação Profissional, que contou com a aplicação por parte da Petrobras, de cerca de R\$ 157 milhões em projetos de capacitação profissional do Ministério das Minas e Energia. Há ainda a previsão de que a empresa invista ao todo R\$ 228 milhões na formação e capacitação de 70 mil trabalhadores em 40 entidades diversas e, em todos os níveis de instrução, sendo voltada principalmente para a área de produção do setor de E&P.

A Petrobras, um dos players mais importantes do mercado, também cresceu significativamente nos últimos anos. Em 1998 o lucro líquido da empresa foi de R\$1,4 bilhão, o qual foi aumentando a cada ano até chegar ao patamar de R\$ 25,9 bilhões no ano de 2006. Para atingir suas metas, a Petrobras aumentou e fortaleceu seu corpo técnico. Além de vários concursos promovidos pela empresa nos últimos dez anos houve um investimento maciço em treinamento, destacando-se a criação de uma Universidade Corporativa e o incremento de convênios com diversas universidades do país.

Outra promessa para a geração de empregos é a criação do complexo petroquímico do Rio de Janeiro: a empresa estima a criação de 210 mil empregos diretos e indiretos e tem a previsão de início das operações em 2012 (dados da empresa).

A abertura do mercado, o crescimento da indústria e o investimento na formação de recursos humanos, sem dúvida, demonstram quão promissor é o mercado de trabalho do setor de óleo e gás.

⁽¹⁾ São as empresas que fazem a exploração e produção de petróleo e gás natural.

⁽²⁾ Dados retirados do SIGEP em 24 de janeiro de 2008

MARILDA ROSADO DE SÁ RIBEIRO é Doutora em Direito Internacional pela USP, Professora Adjunta de Direito Internacional privado na UERJ. Sócia do Dória, Jacobina e Rosado Advogados Associados.

Colaborou na elaboração deste artigo Maria Angélica Araújo de Medeiros.



Instituto

Beleza Natural



Paixão pelo fio crespo

POR: FRANCISCA RODRIGUES, EDITORA EXECUTIVA

HELOÍSA HELENA ASSIS, MAIS CONHECIDA COMO ZICA, NASCEU EM UMA FAMÍLIA HUMILDE E NUMEROUSA, COM 13 IRMÃOS. COMEÇOU A TRABALHAR CEDO COMO BABÁ, FAXINEIRA, DOMÉSTICA E VENDEDORA. SEMPRE VAIDOSA, PASSOU ANOS PROCURANDO UMA SOLUÇÃO PARA DEIXAR OS PRÓPRIOS CABELOS MENOS CRESPOS E REBELDES.

Sem recursos, começou a trabalhar como cabeleireira, quando descobriu uma paixão. A partir daí, com seu marido Jair, seu irmão Rogério e sua cunhada Leila, batalhou para desenvolver uma técnica própria e fez muitos testes. Seu objetivo era criar um produto que proporcionasse beleza e naturalidade aos cabelos crespos. Após anos de pesquisa, essa busca deu origem ao produto "Super-Relaxante", oferecido hoje no instituto. Em 1993, abriu o primeiro salão do "Beleza Natural" na Tijuca (RJ), em um espaço pequeno e simples. Não demorou muito para as filas começarem a se formar e a equipe trabalhar até de madrugada para tentar atender toda a demanda. A expansão foi inevitável.

O Beleza Natural está longe de ser um salão de beleza tradicional e apenas para negros.

Apostando em um nicho de mercado inexplorado - mulheres de cabelos crespos em geral, principalmente das classes B2/C/D, oferece um serviço especializado e único. Os salões são espaçosos, cerca de 1.000 m², muito bem decorados, limpos e com atendimento exemplar. O serviço carro-chefe da empresa, o "Super-Relaxante", foi desenvolvido internamente, patenteado no Brasil e com fabricação própria. A empresa ainda criou um processo inovador de aplicação do produto que funciona como uma linha de montagem de fábrica. Cada cliente passa por diversos profissionais especializados em determinadas

atividades, o que deixa o processo mais ágil e eficiente. O resultado dessas inovações se vê na prática. Hoje, com sete institutos localizados no Rio de Janeiro e um em Vitória, no Espírito Santo, o Beleza Natural atende clientes de todo o Brasil e até do exterior.

A empresa opera com uma equipe de cerca de 950 colaboradores (a maioria, ex-clientes) que têm treinamentos constantes na "Universidade Beleza Natural", onde são ministrados diariamente cursos de formação e aperfeiçoamento técnico, comportamental e ligados à administração do negócio. "Com isso, conseguimos um atendimento caloroso e empático, pois o time conhece de fato, as necessidades do público", explica a empresária. Em 2007, foram mais de 4.500 funcionários treinados no CDT, em cerca de 58 mil horas de treinamento, com dez educadores. No local é também oferecido o 'Dia de Beleza' para a população carente, incluindo

serviços de "Super-Relaxante", hidratação e penteado. Completando 15 anos de existência, o Beleza Natural revolucionou o conceito de salão de beleza, elevando-o a um patamar de profissionalização, gestão e de inovação em processos e produtos. São dezenas de produtos e serviços voltados ao público de cabelos crespo e ondulado, que representa 66% da população brasileira, segundo Zica.

"Fico muito feliz quando vejo nossos clientes sendo atendidos de forma alegre, com um sorriso de corpo inteiro. Esta é, afinal de contas, a razão de ser do Beleza Natural: fazer as pessoas mais felizes, levando mais beleza e auto-estima. Ao darmos o exemplo de um bom atendimento aos nossos colaboradores, estamos inspirando essas pessoas a realizarem o mesmo com todos os nossos

43 mil clientes, com produtos exclusivos, diz a empresária, Zica, acrescentando que a rede Beleza Natural obteve um crescimento de 45% em relação a 2006.

Todo esse sucesso já rendeu vários prêmios à equipe. Zica foi eleita em 2007, a Mulher Mais Influente do Brasil na categoria Empreendedorismo pelo Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil.

Além dos institutos, a rede possui uma fábrica de cosméticos, a "Cor Brasil", nascida do desejo da empresa de inovar e criar sempre produtos que atendam às necessidades dos clientes. "Nossa missão

é crescer com solidez e visão compartilhada, conquistar novos mercados e encantar o cliente no atendimento", conclui a empreendedora nata.

Número de institutos: oito

Localização: Tijuca, Campo Grande, Jacarepaguá, Niterói, Caxias, Ipanema, Madureira e Vitória (ES)

Colaboradores: 950

Total de clientes atendidos por mês: 43 mil

Fábrica própria: Cor Brasil

Quantidade de produtos produzidos pela Cor Brasil especialmente para atender à rede de salões: 90 toneladas/mês

<http://www.belezanatural.com.br>

Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800.7044.446



Empreenda com idéias simples



MUITAS PESSOAS JULGAM SER MUITO DIFÍCIL COMEÇAR O SEU PRÓPRIO NEGÓCIO. NÓS JÁ ESTAMOS ACOSTUMADOS A ESCUTAR “EU NÃO CONSIGO FAZÊ-LO” OU “EU NÃO TENHO IDÉIA DO QUE FAZER”. BOBAGEM!

A maioria das pessoas acredita que precisa começar “do zero”. Elas pensam “O que eu posso fazer que ninguém ainda não fez?”. A menos que você seja um novo “Bill Gates” ou “Steve Jobs”, tentar reinventar a roda é perda de tempo. Aqueles que desejam começar o seu negócio devem simplesmente responder à pergunta: “Como eu posso fazer algo melhor?” ou “Como eu posso fazer diferente daquele negócio que está sendo tocado ali?”

FAÇA ACONTECER

Como você deve começar o processo de idéias? Primeiramente, pegue um pedaço de papel e liste cinco coisas que você gosta de fazer ou nas quais você é realmente bom, tais como: “Eu sou realmente muito bom com pessoas”; “Eu adoro idosos”; “Eu

adoro escrever”; “Eu adoro computadores e números”; “Eu sou bom em fazer planejamentos”. Apenas escreva o que vier à cabeça e não se preocupe com o sentido nesta etapa.

Depois faça o oposto, escreva as coisas em que você não é bom ou de que não gosta. Talvez você seja muito bom em conceitos de marketing, mas você não gosta de falar em público ou não gosta de viajar. Quando terminar ambas as listas, pergunte-se: “Se existissem três ou cinco produtos ou serviços que fariam a minha vida melhor, quais seriam estes?”

Considere que fazer a sua vida melhor pode envolver a sua vida pessoal como homem, mulher, pai, marido, mãe, esposa – qualquer que seja a situação. Determine que produtos ou serviços fariam a sua vida mais fácil ou mais feliz, fariam você se tornar mais produ-

tivo ou eficiente, ou simplesmente lhe dariam mais tempo livre. Agora, do outro lado do pedaço de papel, pergunte a mesma coisa sobre a sua vida de negócios/profissional. Considere o que você gosta e desgosta como profissional e também que peculiaridades fazem as pessoas gostarem ou não de você. Finalmente, questione o porquê de estar buscando abrir o seu próprio negócio. Então, ao terminar, veja o modelo que você desenvolveu para medir os resultados (exemplo: Existe a oportunidade de um negócio “focado” nas coisas em que eu sou bom ou de que gosto?)

UM BOM EXEMPLO

O negócio não precisa ser complicado, nem único, nem original. É essencial, porém, escutar as suas frustrações e decidir pensar em soluções simples que poderiam ajudar a mudar determinada situação que afeta as pessoas em geral. Esta é uma boa forma de ter idéias – escute as suas próprias frustrações (ou de colegas de trabalho, família e vizinhos). Se a sua mente estiver sempre atenada para receber idéias, então elas virão até você, basta olhar ao seu redor e ler. Por exemplo, se você lê um artigo sobre a dificuldade em encontrar restaurantes com preços acessíveis para o trabalhador, e você estiver atento e pensando de forma empreendedora, a reação será: “Wow, aqui está uma oportunidade para iniciar o meu negócio”.

“FAZER PARA LEVAR”

Conseguir uma idéia pode ser tão simples quanto ter os olhos abertos para as tendências mais “quentes” em negócios. Uma recente onda nos Estados Unidos são estúdios onde você mesmo pinta uma peça de cerâmica e a leva para casa. Estes estúdios começaram em cidades maiores como Nova Iorque, São Francisco e Seattle. E nas áreas urbanas eles se tornaram bem populares entre os jovens solteiros. Alguns empreendedores até mesmo uniram este conceito com os negócios de entretenimento, tal como bares de degustação de vinho ou similares. Quando estas lojas/estúdio de cerâmica foram para Irvine (EUA.), uma comunidade menor e familiar, os empreendedores focaram o mercado nas crianças e não nos jovens solteiros. Nos finais de semana, estes locais são ocupados por dezenas de meninas, abaixo dos 10 anos de idade, pintando as suas cerâmicas. As crianças têm os seus aniversários nestas lojas; e assim por diante. Meu ponto: você pode pegar a idéia e adaptá-la às necessidades de sua comunidade/região. Adicione a sua própria criatividade a qualquer conceito. Na verdade, personalizar um conceito/uma idéia não é uma escolha, é uma necessidade, se você deseja ter sucesso em seu negócio. Você não pode apenas pegar uma idéia, copiá-la ao “pé da letra” e dizer “Ok, vai funcionar”. Fora os McDonald’s da vida e alguns outros grandes conceitos de franquia, muitos poucos negócios funcionarão com um conceito “tudo igual para todos”.

Uma das melhores maneiras de saber se a sua idéia funcionará na sua comunidade/região é conversar com as pessoas sobre ela. Caso seja uma idéia de um negócio, fale com seus colegas de trabalho e amigos. Divilde com a sua família e vizinhos. Não tenha medo de sua idéia ser roubada por amigos, pois isto é muito pouco provável. Tudo que você tem a fazer é perguntar!

DETERMINAÇÃO

Idealmente, agora que desmistificamos o processo de determinação sobre qual negócio é melhor para você, compreenda que começar um negócio não é um “bicho de sete cabeças”. Lógico que não é fácil, mas também não é tão assustador ou complicado como muitas pessoas pensam. É um processo que se deve montar passo a passo utilizando-se o bom senso; então faça cada passo de uma vez.

Primeiro passo: defina o que você deseja fazer. Uma vez definido, converse com pessoas para saber o que elas acham. Pergunte: “Você compraria ou usaria este produto ou serviço? E quanto você pagaria?”

Compreenda que muitas pessoas a sua volta lhe desencorajarão. Alguns lhe dirão que possuem a melhor das intenções e que apenas lhe pedem para ver a situação com mais realismo. Alguns terão inveja de sua coragem. Você não pode permitir que os pessimistas lhe convençam a não seguir em frente, antes mesmo de sua jornada começar.

Um dos alertas que você mais ouvirá é sobre o risco. Todos lhe dirão que é arriscado começar o seu próprio negócio. E lógico, começar um negócio é arriscado, mas o que não é arriscado nesta vida? Além disso, há uma grande diferença entre riscos insensatos e riscos calculados. Se você considerar cuidadosamente o que está fazendo, criar mais de um cenário e nunca parar de fazer perguntas para aprender, você minimizará o seu risco.

Você não pode permitir que a existência do risco lhe detenha. Pense: “O que eu estou realmente arriscando?” e avalie o risco. O que você está deixando de fazer? O que você perderá se as coisas não andarem bem? Não arrisque o que você não pode. Não arrisque a sua casa, sua família ou sua saúde. Pergunte-se: “Se não funcionar, eu estarei pior do que hoje?”. Se tudo que você tem a perder é algum tempo, energia e dinheiro, então o risco é provavelmente válido.

Determinar o que você deseja fazer é apenas o primeiro passo. Você ainda terá muitas “lições-de-casa” para realizar, depois desta fase. Mas faça alguma coisa. Não se sente ano após ano e diga “Este é o ano em que eu começarei o meu próprio negócio”. Faça deste ano o começo de tudo!

ANDRÉ RADUAN é diretor geral da Amway do Brasil

Em questão, o Prouni

POR: ZULMIRA FELICIO, EDITORA





FOTO: DIVULGAÇÃO STF

MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO

SEM PRAZO PARA RETOMADA DE JULGAMENTO, O PROGRAMA AGUARDA DECISÃO DO STF

Em abril último, o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a decisão sobre uma ação contra o sistema de reserva de bolsas de estudo para negros, indígenas, pessoas com deficiência e alunos da rede pública implementado pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) do governo federal. Nessa ocasião, o relator ministro Carlos Ayres Britto defendeu o sistema de cotas para o acesso às universidades no início do julgamento de duas ações contra o Prouni, e o ministro Joaquim Barbosa pediu vista da ação e adiou a decisão do tribunal. Os ministros do STF julgam duas ações de inconstitucionalidade, que foram propostas pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) e pelo Partido dos Democratas (DEM), argumentando que o sistema de cotas

fere o princípio constitucional da igualdade. Questionam também o fato de a lei que criou o Prouni ter origem em uma Medida Provisória, em que não foram observados os pressupostos de urgência e relevância, além de violar o princípio da isonomia, previsto no artigo 7º da Constituição. “Só essa inconstitucionalidade formal é suficiente para invalidar a lei que foi aprovada e que contestamos”, afirma Ives Gandra, em nome da Confenen. Tanto a Confederação quanto o DEM questionam o estabelecimento de penalidades para o des cumprimento das normas do Prouni, por parte das universidades privadas e o estabelecimento de critérios de prioridade na distribuição de recursos disponíveis, que beneficiariam entidades de assistência social.

O PROGRAMA

O Prouni foi criado pela medida provisória (MP) 213/2004, convertida na Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Segundo informações no site do programa, ele “tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa”.

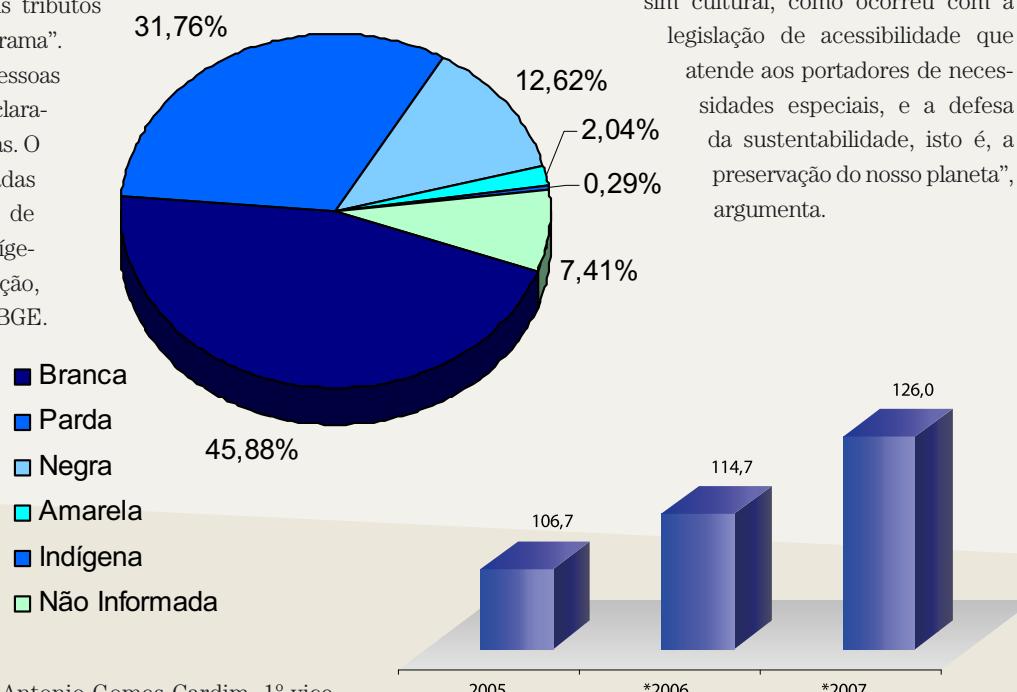
“O Prouni reserva bolsas às pessoas com deficiência e aos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. O percentual de bolsas destinadas aos cotistas é igual àquele de cidadãos pretos, pardos e indígenas, por Unidade da Federação, segundo o último censo do IBGE.

Vale lembrar que o candidato cotista também deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do programa”, informa o site.

RAIZ DO PROBLEMA

O assunto precisa ser analisado sob dois ângulos, analisa o prof. Paulo Antonio Gomes Cardim, 1º vice-presidente da Confenen e presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu). “A motivação e argumento da Confenen não se referem exclusivamente ao sistema de cotas e de reserva de vagas”. O Prouni como foi proposto no seu lançamento e na medida provisória, pelo então secretário executivo do MEC e hoje ministro da Educação Fernando Haddad, continua sem atender e beneficiar as entidades sem fins lucrativos, entre elas, as comunitárias e as católicas, uma vez que as mesmas - por lei - já têm isenção de recolhimento e pagamento dos tributos federais.

A questão de reserva de vagas em universidades públicas está sendo discutida pela Confenen em outra ação, proposta contra lei do Estado do Rio de Janeiro. A Confederação entende que ela discrimina brancos e alunos oriundos de escolas particulares, pobres ou de bom poder aquisitivo, desprezando o princípio constitucional da isonomia de tratamento e do atendimento pelo sistema de mérito. Ao mesmo tempo, privilegia pobres, negros e índios a ingressarem no ensino superior, mesmo sem o mérito e o conhecimento indispensáveis.



O prof. Paulo Cardim ressalta que a desigualdade de oportunidade é de natureza econômica, ou seja, a pobreza, raiz da questão. A solução virá da melhoria da escola pública de educação básica, isto é, ensino fundamental, bolsas de estudo à família, geração de empregos e diminuição de carga tributária. Quanto à política de ações afirmativas, ele acredita que ela deverá acontecer de modo natural; “uma vez que não se trata de uma questão educacional, mas sim cultural, como ocorreu com a legislação de acessibilidade que atende aos portadores de necessidades especiais, e a defesa da sustentabilidade, isto é, a preservação do nosso planeta”, argumenta.

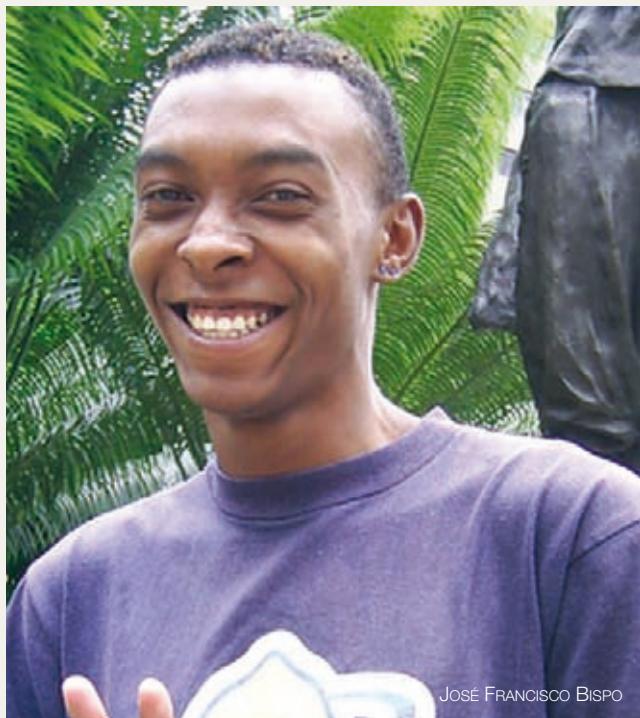
“ SEM O PROUNI EU NÃO ESTARIA ESTUDANDO ”

BENEFICIADOS

“Sem o Prouni eu não estaria estudando”, confessa José Francisco Bispo que cursa o último ano de Jornalismo, na Universidade Paulista (Unip). Dedicando-se exclusivamente à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Bispo, 22 anos, ainda não faz estágio, mesmo assim está satisfeito e



MAURÍCIO MARTINS



JOSÉ FRANCISCO BISPO

confiante com relação à carreira profissional que escolheu. Seus irmãos mais velhos (de 26 e 25 anos) não tiveram a mesma oportunidade de estudo e o caçula de 19 anos se prepara para ingressar no Prouni.

“O Programa é importante para um grande número de pessoas que não tem condições financeiras de estudar. Eu fiquei afastado da escola por quatro anos, e o Prouni foi a única oportunidade de ingressar no ensino superior. Agora, tenho mais segurança em relação ao futuro”, diz Maurício Martins, também estudante do 4º ano de Jornalismo da Unip, já estagiando na área.

Os dois bolsistas do Programa concordam que é necessária a reforma na educação de base, a fim de capacitar os alunos de baixa renda a ter acesso às universidades públicas. “No momento, programas como o Prouni ajudam a resolver o problema a curto e médio prazos, mas mesmo assim, não são suficientes para atender a demanda”, ressalta Maurício Martins.

RESPOSTAS POSITIVAS

Sobre as ações afirmativas, o ministro Ayres Britto sustentou que os critérios de renda, escola pública e racial, utilizados para concessão de bolsas do Prouni estão em consonância com o princípio da igualdade. “A verdadeira igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, avalia. O Prouni não afronta o princípio da autonomia universitária, até porque as instituições podem ou não aderir ao programa. O voto do Ministro foi a primeira manifestação oficial do STF sobre o sistema de cotas em universidades, embora de maneira indireta,

já que pelo Prouni, beneficia somente alunos carentes que tenham estudado em escolas públicas e, ainda, têm o mesmo direito privilegiado os que se declaram negros ou indígenas.

“O Prouni mostra que podemos dar respostas rápidas para os problemas crônicos da sociedade”, afirma o presidente Lula. Em todo o País, o programa disponibilizou 112.416 bolsas parciais ou integrais. Em três etapas de inscrições, dos 535 mil alunos que se cadastraram, 107.126 foram aprovados. De acordo com o ministro da Educação Fernando Haddad, há cerca de 5.000 vagas restantes para os cursos menos procurados, como Pedagogia, por exemplo.

A sobra de vagas nos cursos ainda é um capítulo a ser resolvido. “Eu defendo a política de cotas, mas sou a favor de sua reavaliação”, sustenta Alexandre Cardoso, secretário estadual de Ciência e Tecnologia, pasta à qual estão vinculadas as universidades estaduais do Prouni. Ele acredita que o percentual de reserva de vagas deva ser recalculado. O especialista em Direito e Relações Raciais e pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Renato Ferreira, acredita, no entanto, que as vagas não são preenchidas porque falta divulgação. De 2003 até o final do ano passado, 8.591 estudantes foram classificados no vestibular da Uerj pelo sistema de cotas, observou-se que esse número é inferior aos 45% de vagas reservadas pela legislação estadual (20% das vagas são para negros, 20% para os alunos oriundos da rede pública e 5% para os portadores de necessidades especiais). Com a

presença dos cotistas (teoricamente, menos preparados) a universidade não teve seu padrão alterado. “O aproveitamento dos cotistas foi excelente”, afirma Maria Alice Antunes Barbieri que coordena um trabalho de avaliação do sistema de cotas desde a sua implantação naquela universidade.

Na opinião do advogado Humberto Adami, presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara), que representa algumas entidades em apoio às cotas para negros na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o julgamento da ação contra o Programa Universidade para Todos não deverá ocorrer ainda este ano. Por outro lado, Adami aponta como fato positivo as 51 instituições em todo o País que estão praticando ações afirmativas, quer seja através de cotas, pontuações ou outros modelos. “O resultado dessas experiências tem derrubado preconceitos, tais como: esses alunos não teriam condições de acompanhar os cursos e, após concluí-los não seriam aceitos no mercado de trabalho. A realidade

tem provado o contrário”, ressalta Adami.

Instituições que adotaram seus próprios modelos de inclusão como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) também vêm colhendo bons frutos. “Em 2004, quando iniciamos o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais) tínhamos 9% de autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e hoje esse percentual cresceu significativamente acima de 16%. O número de jovens vindos de escolas públicas de 28% saltou para 35%”, enfatizou o reitor prof. Dr. José Tadeu Jorge. Matriculados em quase todos os 57 cursos daquela instituição esses alunos apresentaram melhora no desempenho acadêmico em relação ao vestibular.

“Acompanhando esses alunos que ingressaram através do programa, observamos uma melhora substancial no desempenho, provando que potencial eles têm, é preciso apenas uma chance de ingresso numa universidade”, justifica o reitor da Unicamp.

“AGORA, TENHO MAIS
SEGURANÇA EM
RELAÇÃO AO FUTURO”





FOTO: ALEX WONG

O que Obama significa para nós. Todos nós.

POR: IVAN MARTINS / EDITORA GLOBO

ELE É O NOVO – NA COR, NA ORIGEM, NAS IDÉIAS – E VENCEU O PRIMEIRO EMBATE. AGORA PODE SE TORNAR PRESIDENTE DOS EUA. O QUE MUDA COM ELE?

O gesto tinha o frescor da intimidade, ainda que executado diante de 17 mil pessoas. Michelle Obama e seu marido caminharam de mãos dadas até o centro do palco montado no ginásio do Minnesota Wild, na cidade de Saint Paul, e ali, antes de se separarem, tocaram de leve os punhos cerrados, olhando nos olhos um do outro. A mensagem, simples e universal, era clara: eles são jovens, eles são legais e, sobretudo, eles são negros. O cumprimento que nasceu nos guetos americanos e ganhou as ruas do planeta por meio do cinema e da televisão chegou, com Barack Hussein Obama, ao centro da política global. Minutos antes de subir ao palco, o senador por Illinois havia sido informado de que venceria as primárias do Partido Democrata no Estado de Minnesota. Alcançara, com isso, o número mágico de 2.118 delegados que lhe dava o direito de disputar a eleição presidencial americana com o senador John McCain, do Partido Republicano. O país racista que havia produzido Martin Luther King e o matou, o país racista que havia produzido Malcom X e o matou, esse mesmo país, os Estados Unidos da América, consagrava agora, na noite da terça-feira 3 de junho de 2008, um político negro que pode tornar-se presidente da nação mais poderosa do mundo.

Sob os olhos do planeta, Obama postou-se ao microfone do ginásio e fez o que tinha feito nos últimos cinco meses de campanha: eletrizou a audiência com uma retórica inflamada de patriotismo e esperança. "América, este é o nosso momento, este é o nosso tempo", disse ele. "Esta é a hora de nos juntarmos para reconstruir a nação." Ao longo do discurso, ele repetiria a palavra mudança 16 vezes. Antes de mudar, porém, é preciso vencer – e Obama tem pela frente cinco longos meses de campanha até a eleição de 4 de novembro. A última pesquisa do Instituto Gallup mostra que ele já bate McCain por 49% a 44%. Um mês atrás, o resultado era 48% a 47% para McCain. A tendência é positiva, mas Obama está apenas na metade do caminho e tem pela frente um outro adversário tão formidável quanto invisível: o racismo. A revista Newsweek da semana passada lembra que as pessoas não se declaram racistas, mas freqüentemente votam movidas por esse sentimento. Para chegar à Presidência, os especialistas dizem que não basta vencer nas grandes cidades, onde se encontra a base de Obama (o eleitorado negro e os brancos de classe média). É preciso conquistar também boa parte dos 60 milhões de eleitores rurais americanos, que têm sido refratários à mensagem multiracial e cosmopolita que Obama carrega nos genes.

Muita gente acredita – e Hillary Clinton, adversária de Obama

nas prévias do Partido Democrata, bateu várias vezes nessa tecla – que um candidato negro, por melhor que seja, ainda é inaceitável para a vasta e intolerante América profunda. O historiador Manneg Marable, diretor do Centro de História Negra Contemporânea da Universidade Colúmbia, em Nova York, acha que os números dão algo de razão a essa tese. "Os americanos ainda parecem doutrinados por raça", diz ele. "No Mississippi, Obama teve 92% dos votos dos negros e apenas 26% dos brancos." Ao longo das prévias, o candidato conseguiu evitar o rótulo racial, mas, quando a campanha esquentar, prevê Marable, é inevitável que o campo adversário tente "torná-lo negro". "Eu duvido que isso funcione", afirma Edward Telles, sociólogo da Universidade da Califórnia que publicou em 2006 um livro premiado no qual compara o racismo nos Estados Unidos e no Brasil. "O resultado das prévias mostra que o país mudou muito. Anos atrás ninguém poderia imaginar isso. Mesmo agora, entre os negros, as pessoas mal acreditam."

Se há nos EUA uma mistura de êxtase e perplexidade com a vitória parcial de Obama, o resto do planeta também olha admirado para esse advogado magro e de modos elegantes que promete mudar a relação entre seu país e o mundo. Acre-

**ELE É ALGUÉM QUE OLHA
PARA FORA, E NÃO
APENAS PARA OS EUA**

dita-se que, eleito, Obama teria uma atitude menos belicosa e voluntarista que a do atual presidente, George W. Bush. Obama tem dito que acredita em conversar até com os inimigos – como Cuba e Irã – e parece inclinado ao multilateralismo, jargão diplomático que traduz a prática de agir com base em acordos e decisões colegiadas. "Ele é uma criança dos anos 70, uma geração internacional e intelectual", afirma Christopher Sabatin, diretor do Conselho para as Américas, organização fundada por David Rockefeller para defender o livre-comércio no continente. "Ele é alguém que olha para fora, e não apenas para os EUA." Isso significa um presidente americano com melhor entendimento do mundo e compreensão do novo papel, mais limitado, que os Estados Unidos têm no cenário global (leia o quadro na pág. 105). Quando se pensa que Bush não sabia sequer que havia negros no Brasil, como confessou ao ex-presidente Fernando Henrique durante uma audiência na Casa Branca, percebe-se a enormidade da mudança. "Um presidente multilateralista tenderia a reconhecer a nova importância econômica e geopolítica do Brasil", afirma o sociólogo Fernando Abrucio, colunista de ÉPOCA. "Seria bom para nós." No momento, o Brasil mal aparece no radar da grande política americana, dominada por questões de segurança, pela Guerra do Iraque e, mais recentemente, pela crise imobiliária e finan-

ceira que atingiu o país. Nas poucas ocasiões em que mencionou o Brasil, o senador Obama o fez para criticar a disposição do presidente Bush em reduzir os impostos de importação que incidem sobre o etanol de cana-de-açúcar. "Aqueles que defendem a substituição da produção americana de biocombustíveis pelas exportações de etanol brasileiro não entendem o desafio que temos para obter segurança energética de longo prazo", afirmou em discurso no senado. Isso sugere que, com ele na Casa Branca, o Brasil não terá moleza na negociação de preços e subsídios agrícolas, o que, a rigor, não constitui novidade. "O protecionismo americano não vai mudar porque emana diretamente do Congresso, e não do presidente", afirma Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington. O financista brasileiro Paulo Leme, do banco de investimentos Goldman Sachs em Miami, tem opinião semelhante. Ele acha que a eleição de Obama pode significar mais atenção para a América Latina – que Bush negligenciou a ponto de abrir espaço para adversários como Hugo Chávez, da Venezuela –, mas que isso não trará mudanças relevantes na relação bilateral. "O Brasil tem de aproveitar o bom momento que está passando e cuidar de seus problemas estruturais", diz Leme. "É um grave engano ficar olhando para Washington à espera de mudanças."

Imitar o comportamento do vizinho rico nem sempre funciona, mas, em pelo menos um aspecto, a projeção de Obama pode servir de exemplo ao Brasil. Afinal, trata-se do país com a maior população de afro-

descendentes fora da África, no qual negros e pardos vão superar o número de brancos neste ano, mas que, ainda assim, não tem um único político negro de projeção nacional. "O efeito Obama despertou uma série de perspectivas que estavam adormecidas ou que nem sequer eram pensadas", afirma o professor José Vicente, da Universidade Zumbi dos Palmares, gerida por negros, subsidiada e voltada para as classes mais pobres. "Se lá nos EUA, que têm essa divisão forte entre negros e brancos, se conseguiu lançar um candidato negro, aqui no Brasil também é possível." Quanto tempo, porém, será necessário para que se produza um líder como Obama no Brasil?

Barack Obama tem 46 anos. Se ganhar as eleições em 4 de novembro, terá 47 anos ao assumir. Mais jovem que ele, apenas John Kennedy, que chegou à Presidência com 43 anos e morreu assassinado pouco depois de completar mil dias no cargo, em novembro de 1963. Há entre Obama e o mito americano

muita semelhança. A juventude, a retórica poderosa e o carisma são comuns aos dois, assim como a inexperiência em cargos executivos. Kennedy bateu na eleição um político mais velho e mais conservador que ele, Richard Nixon. Para isso, lançou mão do mesmo charme pessoal e televisivo que Obama pode acionar contra McCain, um herói de guerra de 71 anos que mobiliza emoções mais antigas. Há, porém, diferenças notáveis entre Kennedy e Obama. O jovem aristocrata da Nova Inglaterra pertencia a uma minoria religiosa – era católico –, mas vinha de uma das famílias mais ricas e influentes do país. Era um sujeito intrépido, de grande coragem pessoal, com uma lista de conquistas amorosas capaz de acanhar seu sucessor mais famoso nessa área, Bill Clinton. Já Obama é um tipo super-racional, conhecido pelo elevado autocontrole e pela postura modesta que assume ao falar com as pessoas. Ele tem na mulher e nas filhas – Malia Ann e Natasha – o centro de sua vida pessoal. Michelle, formada em Harvard como ele, é uma companheira independente, que fala o que pensa e freqüentemente parece ter personalidade mais forte que o marido. Nada tem em comum com a tímida Jacqueline Kennedy. A ousadia,

traço político mais visível de John Kennedy, foi substituída em Obama pela capacidade de ouvir e conciliar. "A maior força dele é sua habilidade de discutir assuntos controversos de uma forma que busca consenso e plataformas comuns", diz Marable.

O estilo consensual da liderança de Obama ajuda a explicar a diversidade da aliança que se formou em

volta dele. O bilionário liberal Warren Buffett está com Obama, assim como Paul Volcker, o ex-presidente durão do Federal Reserve. O cineasta George Lucas chama Obama de "herói americano", e Caroline Kennedy, filha de JFK, disse que ele seria um presidente como seu pai. Rupert Murdoch, o barão da imprensa global que sempre se ligou a políticos conservadores, previu em janeiro que os democratas ganharão "de lavada" com Obama. Parecem estar com ele pessoas de várias inclinações ideológicas. Mais notável que isso, porém, é a força que sua candidatura conseguiu mobilizar na internet. Os registros mostram que Obama recebeu doações de mais de 1,5 milhão de pessoas. Cada uma delas deu até US\$ 200, somando US\$ 121 milhões. Isso é 46% de toda a arrecadação da campanha. Muito se tem falado da força do site de vídeos YouTube, onde a campanha de Obama chamou a atenção, mas a novidade mais importante do ponto de vista da democracia são as

“ O EFEITO OBAMA
DESPERTOU UMA SÉRIE DE
PERSPECTIVAS QUE ESTAVAM
ADORMECIDAS OU QUE NEM
SEQUER ERAM PENSADAS ”

doações-formiguinha pela rede. No limite, elas podem permitir uma campanha independente dos grandes lobbies econômicos. Atento a isso, Obama avisou na quinta-feira passada que manterá a mesma regra adotada por ele nas prévias – não se aceitam doações de grupos de lobby.

O sucesso do senador e a multiplicidade de seus apoios parecem derivar em larga medida da novidade que ele representa. A cor dele é nova, sua presença na política é recente e seu discurso – que se banha na luta das minorias, mas incorpora os valores históricos do imaginário americano – também é inédito. Diz-se nos Estados Unidos que ele imaginava chegar em segundo nas prévias deste ano e exigir de Hillary a posição de vice-presidente, mas sua agenda deu um salto de oito anos. A crise econômica e a Guerra do Iraque – contra a qual Obama, corajosamente, se bateu desde o início – parecem ter exaurido a paciência dos americanos com as soluções convencionais da política. É possível que essa disposição inovadora não resista ao duro embate da campanha. E, na hipótese de que ganhe, há o desafio de governar. As pessoas ainda não têm idéia de como seria uma administração Obama, mais ou menos como ocorreu no Brasil em 2002. “O Lula é um Obama que deu certo”, diz o economista Paulo Guedes, colunista de *ÉPOCA*. “Como Obama, Lula representava o novo e o inesperado. Logo que assumiu, mostrou que, como administrador público, aprendia muito rápido. Mais rápido até que o pessoal da Sorbonne. Obama tem de provar que consegue fazer o mesmo.”

Apesar das diferenças visíveis de estilo, formação e convicções, é possível comparar Lula a Obama. Ambos são carismáticos, ambos se comunicam bem com a grande massa de eleitores, ambos chegaram ao poder – ou tem grandes chances de chegar, no caso de Obama – desafiando as regras de origem da política local. Um pela cor, outro pela classe, são diferentes do ambiente que os cerca. “Eles fogem do padrão porque vêm de fora do sistema político tradicional”, afirma Douglas Chalmers, professor de Ciência Política da Universidade Colúmbia. Outra característica comum é a facilidade para representar mudança. Nas primárias democratas americanas, como ocorreu nas duas eleições brasileiras vencidas por Lula, a biografia e a palavra de Obama parecem suficientes para convencer o eleitor de sua suposta nova forma de governar. Os críticos de Obama não cansam de explicar como são vagas suas propostas, mas até agora isso não fez diferença. Ele diz que vai tirar as tropas americanas do Iraque, promete reduzir impostos para a classe média, garante que vai reembolsar os que perderam seus imóveis na crise das hipotecas, jura que resolverá o problema do atendimento de saúde... Tudo parece perfeito, e poucas pessoas perguntam como fará isso tudo. Lembra a campanha brasileira e sugere que a Presidência Obama poderia oferecer algumas das surpresas – boas e más – do governo Lula. “Obama se parece

com Lula por não ter histórico de competência de governo e pelo discurso populista”, afirma o cientista político José Gui-lhon de Albuquerque, fundador do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. “Mas, se eu tivesse de indicar o político brasileiro que mais se parece com Obama, seria Fernando Collor de Mello. Como Collor, ele surgiu do nada, tem discurso empolgante e só recebeu apoio dos setores tradicionais nos últimos meses das prévias.”

O novo herói da política americana tem, na verdade, a cara da nova sociedade global, com seus problemas e potencialidades. Seu pai era um economista queniano que se mudou para o Havaí cansado das limitações da sociedade africana. Tinha o mesmo nome de Obama. Na Universidade de Honolulu, conheceu uma garota sonhadora de 18 anos chamada Stanley Ann Dunham. Ela era branca. Casaram-se em 1961, escondidos da família e dos amigos, e Barack Obama II nasceu seis meses depois. A raridade dessa união é tamanha que a direita americana já especulou que a mãe de Obama deveria ser comunista – afinal, só uma comunista faria um casamento inter-racial nos Estados Unidos dos anos 50. Antes que Obama completasse 1 ano, seu pai voltou à África. Era a segunda das três famílias que ele iniciaria e largaria, deixando cinco filhos ao morrer. A mãe de Obama apoiou-se nos pais para criar o filho, voltou à





universidade e, lá, encontrou um jovem indonésio com quem se casou em 1967. A nova família multirracial mudou-se para Jacarta. Lá, Obama ganhou uma irmã e viveu até os 10 anos, quando a mãe o mandou de volta ao Havaí para estudar e viver com os avós. Ele nunca mais deixaria os Estados Unidos. Viveu com a mãe mais um par de anos – quando ela retornou a Honolulu, rompendo o segundo matrimônio –, mas aos 14 anos Obama se separou de Stanley Ann definitivamente. Ela voltou à Ásia e ele pediu para ficar com os avós. Anos depois, segui-

ria a tradição familiar das migrações. Mudou-se para Chicago, conheceu Michelle Robinson, apaixonou-se por ela e por sua família, batizou-se protestante e decidiu criar as raízes que nunca tivera. Quem o conheceu poucos anos depois diz que Obama já não se distinguia dos outros jovens negros do sul de Chicago. As indefinições de sua identidade mestiça e de sua criação multicultural haviam ficado para trás. Barack Obama, como os grandes heróis da mitologia americana (os conquistadores do Oeste, os imigrantes que fundaram o país...), havia



inventado a si mesmo. Sua mãe morreu em 1995, aos 52 anos. Formado na Universidade Colúmbia, em Nova York, e pós-graduado com louvor em Direito pela Universidade Harvard, Obama poderia ter seguido uma próspera carreira de advogado. Em vez disso, mergulhou na vida comunitária e passou a organizar – com a ajuda de pastores locais – os grupos carentes de Chicago. Essa foi sua escola e seu trampolim para a vida pública. Quando surgiu sob os holofotes da convenção do Partido Democrata em 2004 e catalisou a atenção do país com

um discurso eletrizante, já era o homem que é hoje. Para chegar aonde chegou na semana passada, Obama teve de bater – além de sua tumultuada biografia – uma das famílias mais poderosas da política americana, os Clintons. A senadora Hillary, apoiada pelo marido, evitou até o último segundo reconhecer a vitória de Obama. No fechamento desta edição, na sexta-feira, eles já haviam se encontrado para um acerto de contas cara a cara em Washington, mas Hillary ainda não havia jogado a toalha publicamente. Seu pronunciamento estava previsto para o sábado. Brilhante, experiente, dona dos melhores contatos políticos do país, Hillary largou como franca favorita nas prévias. Os EUA pareciam maduros para uma mulher na Presidência e não havia nenhuma mais qualificada que ela. Além de senadora pelo Estado de Nova York desde 2000, ela tinha, aos 61 anos, uma folha de serviços brilhante como advogada de empresas e primeira-dama por oito anos, durante os quais foi auxiliar ativíssima do marido. Clinton costumava dizer que, ao elegê-lo, em 1993, os americanos haviam levado dois pelo preço de um.

Hillary se desgastou com as denúncias de adultério do parceiro e atraiu para si a irritação das elites econômicas com sua proposta (derrotada) de reforma do sistema americano de saúde. Ainda assim, lançou-se às prévias como alguém fadado a vencer. Acabou traída pela história e pela própria soberba. Sua imagem dura, quase masculina, não resistiu ao confronto com o carisma suave de Obama. Aos poucos, a postura dele foi se impondo ao show de qualificações da concorrente. A agressividade com que ela reagiu a isso – lembrando, repetidamente, a origem racial, a inexperience e a suposta incapacidade dele de prevalecer nas eleições gerais – criou a seu redor uma atmosfera de crescente antipatia, que a mídia americana amplificou impiedosamente. Mesmo Bill Clinton, que antes da campanha gozava de enorme patrimônio político, terminou a semana passada insultando jornalistas que o acusavam de ter contribuído para a derrota da mulher. Agora, resta a Hillary pagar as dívidas da campanha – que somavam US\$ 9,5 milhões em abril – e arrancar de Obama concessões à altura dos 17 milhões de votos que ela obteve nas prévias. Não há dúvida de que Hillary terá algum papel em uma eventual administração Obama, mas até a semana passada ninguém arriscava qual seria. Os correligionários de Hillary pedem abertamente a Vice-Presidência, mas na noite de quinta-feira ela avisou que não deseja o posto. Melhor para Obama. Duas mulheres mandonas na Casa Branca – a dele e a de Bill Clinton – seria demais até para um homem ponderado como ele.

Com reportagem de João Loes, Flávio Machado e
Tânia Menai (de Nova York)



Ambições mais que republicanas

Nos últimos anos, convencionou-se utilizar a expressão "Atitude Republicana" para explicar a postura de parlamentares, empresários e outros integrantes da sociedade civil em relação a determinadas propostas do governo. Um bom exemplo de "Atitude Republicana" é o apoio a projetos do Executivo que sejam reconhecidamente capazes de promover o desenvolvimento da nação. Nada mais justo. Afinal, o Brasil e suas instituições são, e sempre serão, maiores que seus presidentes, governadores, prefeitos, senadores, deputados etc. A tal "Atitude Republicana", contudo, acabou se transformando em mais um dos inúmeros lugares-comum do dicionário político. Na prática, cada um defende seu torrão no jogo do poder e busca aniquilar a parte contrária. Uma boa amostra disso é o desgastante alongamento do escândalo envolvendo o uso dos cartões corporativos por integrantes do alto escalão do Executivo. Um imbróglio cujo ápice se deu com o "vazamento" de um dossiê com os gastos realizados no período Fernando Henrique Car-

doso (1994-2002). A oposição - até então presa a picuinhas e questões de somenos, como o debate sobre a lisura ou não da compra de uma tapioca com o referido cartão - acusou o golpe. Integrantes do governo Lula festejaram a princípio mas viram que era melhor recuar. Para mostrar isenção diante dessa questão, o ministro da Justiça, Tarso Genro, mandou a Polícia Federal investigar quem seria o autor do dossiê e, principalmente, quem teria vazado a papelada para a imprensa. Essa última, por sua vez, identificou uma possível culpada, a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra. Como até as pedras da Praça dos Três Poderes sabem que nada se faz naquele pedaço sem a anuência da toda-poderosa Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil, tornou-se imperativo convocar a ministra para depor no Congresso Nacional. Pelo menos é o que pensam os integrantes da oposição.

É engano, contudo, reduzir o escândalo do dossiê a mais uma peça no embate político entre governo e oposição. Na verdade, ele representa uma antecipação da corrida presidencial de 2010. Conhecida como a centro-avante do time dirigido pelo presidente Luiz Inácio da Silva, não foi por acaso que Dilma começou a sofrer ataques de todos os lados desde que seu nome foi lançado à sucessão pelo próprio presidente Lula. Animada com a idéia, a própria ministra fez sua parte para colocar mais lenha na fogueira quando, inocentemente, vestiu o figurino de candidata ao chamar de "comício" uma "festa" de inauguração de uma obra do Programa de Aceleração Econômica, o PAC. Por conta disso, é natural supor que o tiroteio da oposição e as manobras para blindar a ministra não deverão tão cedo sair do noticiário e da agenda política. Afinal, trata-se da figura mais importante do chamado núcleo duro do poder. Dilma é a única integrante do primeiro escalão que possui linha-direta com o presidente Lula.

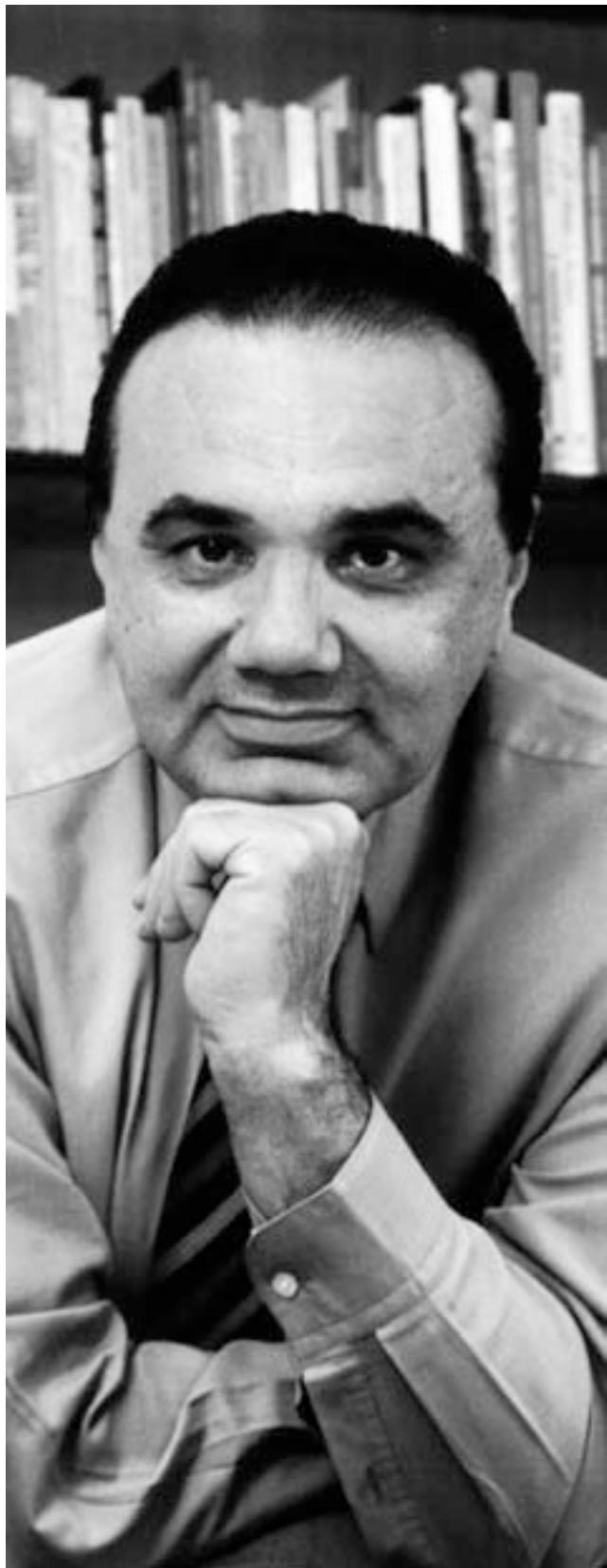
E mais. Cevada pelo PAC e pelo efeito-mimetismo, Dilma é vista por muitos como uma peça difícil de ser batida num futuro tabuleiro da sucessão. Afinal, a eleição de Michele Bachelet (Chile) e Cristina Kirchner (Argentina), além da disposição de Hillary Clinton em concorrer à presidência dos Estados Unidos, colocou a mulher americana como protagonista da cena política. Inteligente que é, Dilma procura aumentar seu cacife. A oposição tenta dar o troco em tempo real. Enquanto isso, a agenda das reformas que o Brasil tanto reclama vai sendo secundada por picuinhas, golpes baixos, ataques de soez e outras manobras que em nada, em nada mesmo, guardam quaisquer resquícios de "Atitude Republicana". Uma pena.

ROSENILDO GOMES FERREIRA é repórter da Revista IstoÉ Dinheiro

As ONGs do bem e do mal

O pernambucano Denisson encanta a platéia que assiste, embevecida, a um vídeo sobre o Programa Acelera Brasil, ação social capitaneada por Viviane Senna, para puxar do fundo do poço, crianças ameaçadas de afogamento nas águas do analfabetismo. O Instituto Ayrton Senna, que dirige, deu novo rumo à vida de quase 8 milhões de crianças e jovens, em 1.360 municípios de 25 Estados. O menino brincalhão e articulado que redescobriu a alegria de viver quando passou a engatinhar no caminho das palavras é o símbolo de uma revolução empreendida às margens do Estado, por uma miríade de entidades - associações, institutos, fundações, redes filantrópicas, organizações da sociedade civil de interesse público - tocadas pela chama cívica de idealistas e sonhadores. O dinheiro que se investe em garotos como ele é muito pouco, comparado com a cifra gasta pelo Estado, apenas R\$ 100 por ano. Essa é a banda limpa da gigantesca cadeia das organizações não-governamentais (ONGs), que nas duas últimas décadas passaram a compor um dos mais vigorosos eixos do poder social no País, também conhecido como terceiro setor.

A sigla ONG está na ordem do dia. Ora freqüenta a pauta do bem, ora a agenda do mal, carecendo, por isso mesmo, que a mão da lei baixe em sua seara para separar o joio do trigo. Há, nesse sentido, duas iniciativas em andamento: a CPI das ONGs, a cargo do Legislativo, e um projeto de lei do Executivo para regular a ação de entidades, algumas internacionais, na Amazônia. Sob o foco da lupa estão desvios em entidades que servem de fachada para a locupletação de grupos empresariais e políticos, suspeitas de contrabando das riquezas da região amazônica e ações que ameaçam a soberania nacional. Para onde foram R\$ 12,6 bilhões que 7.700 ONGs receberam da União entre 2003 e 2007? O que justifica a existência de 320 entidades não-governamentais na Amazônia, voltadas para a questão indígena, uma para cada mil índios? O ministro da Justiça, Tarso Genro, parece não ter



O fato é que a filantropia, receita de certas associações sem fins lucrativos, esconde boa dose de “pilantropia”. A degeneração do conceito cresceu na esteira da expansão de demandas e desestruturação dos serviços sociais, consequência da transformação de um país predominantemente agrário em grandes concentrações urbanas. Em seu primeiro ciclo, nas décadas de 70 e 80, as organizações não-governamentais se inspiraram em ideário composto por temas de elevado conteúdo cívico: defesa de direitos (a condição feminina, o movimento negro), luta pela democracia política, promoção do meio ambiente, desenvolvimento social, particularmente pela via educacional. Tratava-se de abrir o respiradouro após os anos de chumbo, quando o autoritarismo eliminava qualquer possibilidade de ativismo social. A Constituição de 88 abriu as veias da participação de grupos na arena política. Consagrava a idéia de entidades civis, independentemente de autorização, vedando a interferência estatal em seu funcionamento. Nos anos 90, os movimentos se multiplicaram e, a partir daí, começaram a aparecer curvas e desvios em suas trilhas.

A abertura do ciclo de crises políticas contribuiu para abrir um vácuo social, ensejando a multiplicação de núcleos organizados. Decepção nada com o desempenho de seus representantes no Parlamento, a sociedade passou a buscar no associativismo respostas para suas demandas e a resgatar, de certa forma, a modelagem da democracia direta. Categorias organizaram-se nas frentes de pressão. Empresas reforçaram sistemas de formação e inserção do jovem no mercado de trabalho. O CIEE, a maior ONG brasileira, já capacitou mais de 7 milhões de jovens, encaminhando-os à vida profissional. GanHANDO forças, as redes sociais integraram-se ao esforço de complementar a ação do Estado no atendimento de serviços qualificados. As ONGs entraram no processo de formulação de políticas públicas, ampliando sua cobertura e vocalizando interesses de grupos marginalizados. Em 2002, o IBGE contabilizava 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos. Somando-se à teia de organizações

informais, que não entram nos cadastros oficiais, é razoável supor, hoje, a existência de 500 mil entidades do terceiro setor funcionando como motor da dinâmica social.

Desse montante, milhares integram os esquadrões da pilantragem. Algumas servem de fachada ao assistencialismo político, recebendo verbas do Orçamento da União. Outras, como o MST, ganham polpudos recursos do Estado para agir com virulência, invadindo propriedades e instaurando o império da insegurança, fato de destaque no recente discurso de posse do ministro Gilmar Mendes, na presidência do STF. Mas o governo as protege sob o argumento de que suas ações, até as de caráter criminoso, fazem-se necessárias para despertar o ânimo popular. No grupo suspeito, as ONGs da região amazônica lideram o ranking. A desconfiança vem de longe. O ex-vice-

presidente dos EUA Al Gore chegou a dizer: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós.” E o ex-todo-poderoso Mikhail Gorbachev, quando dirigia a URSS, proclamava: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes.” Sob o cobertor da sustentabilidade ambiental e da preservação de áreas indígenas, algo mais atrai a cobiça: a riqueza da floresta, diamantes, ouro e

“ AO CONTRÁRIO
DO QUE OS
BRASILEIROS
PENSAM, A AMAZÔNIA
NÃO É DELES, MAS DE
TODO NÓS ”

urânio de uma das maiores províncias de minerais nobres do planeta, que é Roraima. A área da Raposa Serra do Sol, que reacende a polêmica, encobre interesses outros, além da proteção aos indígenas.

Está mais do que na hora de desvendar o véu que cobre as ONGs que atuam no território. Às que servem a objetivos espúrios, negue-se licença para funcionamento. Àquelas movidas a idealismo, que não se deixam contaminar pelo vírus do paternalismo, aplausos. Para milhares de brasileirinhas e brasileirinhos, como Denisson, elas abrem a porta da cidadania.

GAUDÊNCIO TORQUATO é jornalista, professor titular da USP e consultor político

Semeando a cidadania

POR: ZULMIRA FELÍCIO, EDITORA

EMPRESA CRIA “REDE DE SOLIDARIEDADE” E LEVA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADULTOS

Em 2003, quando foi criado o projeto Semeando Cidadania na Escola, pela Chevron no Brasil, detentora da marca Texaco, em parceria com a Fundação Educar D' Paschoal, a meta era doar um milhão de livros paradidáticos para escolas públicas, prefeituras, instituições e organizações não-governamentais em cinco anos. “Em apenas quatro anos, atingimos o objetivo, beneficiando 465 entidades no País”, comemora Luiz Fernando Rodrigues, coordenador de Responsabilidade Social da empresa.

Presente em 180 países, produzindo e transportando óleo cru e gás natural, além de refinar, comercializar e distribuir combustíveis e outros produtos de energia, a Chevron no Brasil começou a olhar mais atentamente para a área de responsabilidade social nos últimos oito anos. O foco foi para a educação, com apoio

prioritário para a alfabetização de adultos, o incentivo à leitura e a educação ambiental. Hoje, os principais projetos patrocinados são: Programa Alfabetização Solidária, Semeando Cidadania na Escola e Coleta Seletiva de Lixo. Em todos eles, a empresa estabelece parcerias e envolve suas ações com os negócios. Importante ressaltar que o custo é baixo em função do uso de incentivos fiscais e da contribuição dada por parceiros.

No projeto Semeando Cidadania na Escola é utilizado um modelo chamado “Rede de Solidariedade”. Luiz Fernando Rodrigues explica: “A idéia da rede não é apenas para captar recursos e realizar ações isoladas, mas criar conexões entre funcionários, clientes, fornecedores e parceiros visando um comprometimento muito maior.”



DE ALMEIRIM À SANTA CRUZ DO SUL

Da teoria à prática, os frutos começam a ser colhidos. Os livros patrocinados pela Chevron com recursos próprios e incentivos (Lei Rouanet) são produzidos pela Fundação Educar D' Paschoal e entregues em um depósito da Chevron, em Paulínia, interior de São Paulo. Esses livros são temáticos e abordam reciclagem, meio ambiente, HIV/AIDS, diversidade, folclore, educação de trânsito, direitos e deveres e valores, entre outros assuntos. "Os livros complementam o material didático que as escolas utilizam, abordando temas atuais e usando uma linguagem de fácil entendimento", afirma Rodrigues.

A tarefa da distribuição cabe às empresas transportadoras parceiras (Primordial, Trans Fast, Agem, Ramos, Máxima, Brasim, Nova Rota e Transunidos), prestadoras de serviços. As cidades escolhidas são indicadas por diversas frentes: funcionários, clientes, entidades, prefeituras e empresas parceiras e secretarias de Educação. Os clientes ou os proprietários de postos de combustíveis ficam encarregados da definição das escolas e da entrega dos livros.

Tal trabalho de voluntariado, inclusive a logística estruturada, conquistou todos os envolvidos, de tal modo que a entrega de livros pôde ser realizada em lugares muito distantes, como em Almeirim, cidade no Baixo Amazonas e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul.

ERRADICAR O ANALFABETISMO

Há 8 anos, a Chevron tem por meta principal na área social contribuir para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Neste sentido, desenvolve ações dentro do programa Alfabetização Solidária, e envolve funcionários, rede de postos e lojas de conveniência. Essas ações geram kits escolares destinados aos alunos da ONG Alfabetização Solidária (Alfasol), que possui metodologia e um modelo de parcerias reconhecidos no Brasil e no exterior, há 11 anos.

Mais de nove mil jovens e adultos já foram alfabetizados e 410 alfabetizadores capacitados, graças ao apoio da empresa.



A Chevron cobre todos os custos de alfabetização, sendo que os kits escolares são frutos da coleta seletiva de papel e latas de alumínio promovida pela empresa. "Optamos por patrocinar os municípios do Norte e Nordeste por terem os maiores índices de analfabetismo e baixos IDH – Índice de Desenvolvimento Humano", esclarece Rodrigues.

CRÍANÇAS E ADULTOS BENEFICIADOS

A Texaco e a Fundação Casa Santa Ignez, no Rio de Janeiro, há cinco anos, realizam o Projeto Conhecer destinado ao ensino da língua inglesa para crianças e adolescentes, entre 3 e 13 anos, permitindo-lhes o primeiro contato com um idioma estrangeiro e estimulando-os a procurar novas formas de comunicação e expressão. Por ano, participam do projeto cerca de 180 crianças da comunidade da Rocinha. "Em 2008 pretendemos registrar mil crianças beneficiadas", prevê Rodrigues. Implantado em 2001, com o apoio da Aleris Reciclagem Latasa, Orsa Celulose e revendedores Texaco, o projeto Coleta Seletiva de Lixo (alumínio e papel) gera kits escolares (lápis, caneta, caderno, bloco, borracha, régua, apontador, estojo e sacola) doados aos alunos da Alfasol. Os cartuchos e plásticos recolhidos são vendidos para empresas recicadoras, e os recursos investidos em projetos sociais das ONGs Lar da Criança Feliz e Ação da Cidadania.

GINCANA DO CAMINHONEIRO

Da experiência adquirida com o Semeando Cidadania na Escola, a Chevron deu origem ao projeto Semeando a Cidadania na Estrada, pelo meio do qual distribui livros para os filhos de caminhoneiros e funcionários dos postos de combustíveis de rodovias onde promove eventos como a Gincana do Caminhoneiro. Também as escolas localizadas próximas aos postos recebem visitas interativas, ocasião em que são oferecidos livros gratuitamente. Os alunos agraciados são estimulados à prática de apresentações culturais, baseadas em temas abordados nas publicações doadas.



Lince Vistorias promove eventos solidários

JANTARES TEMÁTICOS EM PROL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Há alguns anos, a Lince Vistorias, empresa líder na área de vistoria prévia automotiva, vem promovendo eventos a fim de fomentar iniciativas de responsabilidade social junto à comunidade. São realizadas, anualmente, ações em datas comemorativas, como a “Festa Junina” e o “Natal Solidário”, com intuito de arrecadar donativos para instituições benfeitoras, sem contar a participação em projetos nacionais, como a “Campanha do Agasalho”. “Planejamos nossas ações para conscientizar o colaborador quanto à importância do voluntariado de forma que esta atitude tenha efeitos multiplicadores nos ambientes onde estas pessoas vivem ou freqüentam, ampliando sobremaneira os resultados”, explica o diretor de Recursos Humanos da Lince, Reginaldo Costa. Neste ano, um dos projetos mais importantes desenvolvidos pela empresa é o evento solidário, que consiste na realização de quatro jantares temáticos, com a participação de mais três companhias parceiras, a Checkauto, a CNVR e a Identicar. “O evento, além de incentivar a responsabilidade social, desenvolve, de forma lúdica e compartilhada, as competências organizacionais e promove a integração entre colaboradores e clientes”, afirma Costa.



CRIANÇAS PORTADORAS DE HIV

A entidade escolhida para ser beneficiada com essa ação é o Projeto de Incentivo à Vida (PIVI), instituição paulista que atende a cerca de 82 crianças e adolescentes, algumas portadoras do vírus HIV e outras patologias.

Segundo Costa, os jantares solidários já haviam sido realizados em anos anteriores, na sede da Lince, em São Paulo, e tiveram uma excelente acolhida por parte dos colaboradores das empresas que, dividindo-se em grupos, ficam responsáveis pela realização completa de um jantar – o que engloba desde a escolha do tema para o encontro, até a elaboração dos pratos, a ambientação do refeitório interno e o convite a clientes externos. O primeiro jantar foi realizado em abril último e teve como tema a CNVR. Organizado pelo grupo com o mesmo nome da empresa, o evento contou com a participação de cerca de 60 convidados que puderam provar, ao som de música tipicamente mexicana, deliciosos pratos como nachos com chilli, burritos e guacamole e, como sobremesa, creme de abacaxi.

Durante o jantar, houve ainda uma apresentação teatral contando um

pouco da história e das atividades realizadas pela CNVR. “O grupo alcançou um resultado bastante positivo ao arrecadar mais de 200 kg de alimentos não perecíveis que já foram doados ao PIVI”, comemora Costa.

O segundo jantar está previsto para junho e os dois restantes para agosto e outubro. “Em dezembro, organizaremos um último evento para a confraternização entre todos os colaboradores participantes e a divulgação do balanço dos resultados”, finaliza Costa.

“
O GRUPO
ALCANÇOU UM
RESULTADO BASTANTE
POSITIVO AO
ARRECADAR MAIS
DE 200 KG DE
ALIMENTOS NÃO
PERECÍVEIS QUE
JÁ FORAM
DOADOS AO PIVI
”

MERCADO SEGURADOR

Com mais de 21 anos de atuação, a Lince é reconhecida no mercado segurador como a maior rede de vistorias prévias do país. São 69 franquias e três unidades próprias que reúnem mais de 2.300 colaboradores. Nos últimos anos, a empresa vem realizando investimentos constantes em treinamento e capacitação profissional, equipamentos e tecnologia para manter a qualidade nas vistorias processadas e nos outros serviços oferecidos, inspeção de segurança veicular, inspeções de risco e vistoria para o mercado financeiro.



CERCA DE 60 PESSOAS PARTICIPARAM DO 1º JANTAR DO
EVENTO SOLIDÁRIO DA LINCE E EMPRESAS PARCEIRAS.

Raposa Serra do Sol e a soberania nacional

A RAPOSA SERRA DO SOL É HOJE UM PROBLEMA NACIONAL,
A COMPROMETER A EXISTÊNCIA DE RORAIMA COMO ESTADO.



Não tenho a intenção de estimular insatisfações militares diante da criação da reserva Raposa Serra do Sol. É desejável que as Forças Armadas mantenham o comportamento adotado desde a redemocratização, voltado para as suas funções profissionais e constitucionais. Entretanto, não posso deixar de registrar que o presidente Lula cometeu grave erro ao homologar a criação de uma imensa reserva indígena de terras contínuas em uma área de fronteira. Estamos falando de uma área fronteiriça a países que quase foram à guerra e onde não se pode subestimar o risco de a narco-guerrilha passar a ter ação agressiva em solo brasileiro. Não foram poucas as vozes que recomendaram ao Presidente adotar outra alternativa: uma reserva não contínua, na qual existissem ilhas povoadas e estivesse assegurada a presença das Forças Armadas.

Não estamos diante de uma disputa mesquinha entre governo e oposição. Muitos na base governista estão descontentes com o formato definido por Lula, a começar pelo seu líder no Senado, Romero Jucá, empenhado em uma saída intermediária. Não se trata de um conflito localizado entre “arrozeiros” e índios. Ao contrário, a Raposa Serra do Sol é hoje um problema nacional, a comprometer a existência de Roraima como Estado, pois, com a sua criação, 46% de suas terras serão reservas indígenas. Nenhuma política séria - e articulada com os interesses nacionais - criaria algo como a Raposa Serra do Sol, onde apenas 17 mil índios serão proprietários de 1,7 milhões de hectares.

A Raposa Serra do Sol é um assunto polêmico que permeou diversos governos. No anterior, o então Ministro da Justiça Nelson Jobim agiu de forma sensata através do despacho nº 80, que determinava a criação da reserva na forma desejável, com a existência de ilhas, contemplando assim tanto os direitos dos índios como os interesses nacionais. Entretanto, em 1998, este despacho foi revogado pela portaria nº 820, baixada pelo então ministro Renan Calheiros, definindo a demarcação da reserva de forma contínua. Mas o presidente Fernando Henrique teve a prudência de não homologar este ato administrativo, porque outros órgãos do governo o alertaram para os riscos iminentes. No governo Lula, articulou-se um poderoso lobby de ONGs, do qual o ministro Márcio Thomas Bastos foi o porta-voz. Lula cedeu às pressões e homologou a criação da reserva de forma contínua, sem dar o devido peso aos argumentos contrários; inclusive, os da sua Casa Militar que eram coerentes com o parecer do Estado-Maior das Forças Armadas.

Não se justifica o argumento de que a Raposa Serra do Sol será extensa porque as cinco etnias aí existentes necessitam de um amplo território para sobreviverem. Não estamos tratando de índios primitivos e sim de tribos aculturadas, que não vivem mais da caça e da pesca, como bem demonstrou o senador Jefferson Perez. A ausência de um aparato militar efetivo pode inclusive deixá-los prisioneiros da ação da biopirataria e da garimpagem predatória, dado

que no seu subsolo existem minerais estratégicos, como o nióbio. Números assustam, mas dão um choque de realidade e devem servir como poderoso alerta aos brasileiros. Com a nova reserva, quase 15% do nosso território será terra indígena, para uma população de 700 mil índios. E, em relação à região amazônica as reservas representarão cerca de 25% do seu território. Que país do mundo foi tão generoso ao pagar uma injustiça histórica? E isto corresponde à área geográfica de quantos países da Europa? Desde o Governo Collor há muita pressão pela política de demarcação de terras indígenas, especialmente por parte das ONGs. Algumas são claramente bem intencionadas. Outras, porém, respondem a interesses estrangeiros em promover a idéia da internacionalização da Amazônia. Não existirá hoje um terceiro grupo de interesses, ligado aos diversos movimentos guerrilheiros que atuam na América Latina?

Este é o pano de fundo das preocupações dos militares lotados na Amazônia, particularmente quando ele é mais um componente de uma região palco de vários conflitos. Garimpeiros e o MST foram estimulados por um prefeito do PT e por militantes petistas a ocupar uma ferrovia da Vale por razões meramente ideológicas, enquanto o município de Tailândia virou praça de guerra em função do conflito com os madeireiros. Acrescente-se ao caldeirão as denúncias de deputados de Rondônia, segundo as quais a Liga Camponesa dos Pobres prega abertamente a luta armada. Para dar veracidade à denúncia, uma revista de circulação nacional publica fotos que fariam parte de um relatório da Abin, na qual aparecem membros desta liga em treinamento, e com armas privativas das Forças Armadas.

Diante de todos os incidentes, o presidente Lula se comporta da mesma maneira que fez diante da invasão de prédios públicos e de terras produtivas promovida pelo “Abril Vermelho” dos Sem Terra; ou, como se posiciona em face de atos ensandecidos do Movimento dos Sem Teto. Sempre com leniência e permissividade, fazendo vistas grossas à violação da lei e sem exercer a necessária autoridade. Isto é gravíssimo, porque o exercício da autoridade por quem exerce função pública é pré-condição para a preservação e o fortalecimento da democracia. Não se pode confundir, como o fazem muitos petistas, o irrestrito respeito à Lei com o autoritarismo.

A região amazônica é hoje uma fronteira aberta ao narcotráfico, como admite o Comando Militar da Amazônia. O atual formato da Reserva Raposa Serra do Sol é mais combustão na fogueira. Uma brincadeira de mau gosto patrocinada por quem tem o dever constitucional de defender a inviolabilidade do território nacional.

PAULO RENATO SOUZA é Deputado Federal



Infanticídio indígena: uma questão cultural

POR: FRANCISCA RODRÍGUES E ISABELLA DE LUCA

PEQUENO AMALÉ COM SUA MÃE ADOTIVA QUE O DESENTERROU.

FOTO: ANDRÉ LUIZ BARBOSA.

ALGUMAS TRIBOS INDÍGENAS COMO OS KAMAIURÁS E OS SURUWAHAS AINDA MANTÊM A TRADIÇÃO E O INFANTICÍDIO

Foi na tribo dos Suruwasas que o casal Edson e Márcia Suzuki teve o primeiro contato com o infanticídio. Eles, lingüistas, a princípio queriam aprender o idioma da tribo. A partir disto, convivendo com os índios, tomaram conhecimento da situação existente ali, mas nunca viram a morte de uma criança, conforme o costume da tribo. “Não presenciamos casos. Quando deixamos a tribo, tomamos conhecimento de bebês que tinham sido mortos. A menina Hakani, um exemplo, foi adotada por nós em 2000. Ela estava com cinco anos e meio e ia ser sacrificada devido a uma doença congênita: o hipotireoidismo. Seus pais a amavam muito e não quiseram matá-la, ao invés disso, preferiram se suicidar. Resolvemos, então, adotá-la e criamos a ONG Atini”, disse Edson Suzuki, diretor da Organização Não Governamental.

Os motivos que levam ao infanticídio dependem da tradição de cada tribo, sendo os mais comuns: recém-nascidos portadores de deficiências físicas e mentais, gêmeos, filhos de mães solteiras e o sexo (quando nasce uma menina). Historicamente, esse fato é de origem cultural e para ele há sempre uma explicação. Os índios que nascem com deficiência, por exemplo, por muitas tribos são considerados incapazes de ter autonomia quando adultos, o que é fator determinante para a comunidade; já os gêmeos são vistos como maldição e as mães quando solteiras não podem criar uma criança sem o pai.

No Brasil existem cerca de 200 tribos de etnias diferentes e, em pelo menos 20 delas, ainda é praticado o ato que leva a criança à morte, logo após seu nascimento, ou então ainda pequena. O missionário Saulo Ferreira Feitosa, secretário da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) procura uma justificativa para a compreensão do fato: “Para os índios, a coletividade é essencial, eles não possuem a idéia do individualismo que nós temos”. Saulo disse que em contato com algumas tribos, a CIMI conseguiu impedir a morte de diversas crianças, o que nem sempre foi benéfico a quem sobreviveu. “Quando salva, a criança pode ser anulada pela sociedade indígena, se ela nascer com uma característica considerada negativa, poderá ser ignorada e não fazer parte da tribo como o restante”, afirma. A ONG Atini foi criada para auxiliar situações que obriguem o índio a deixar sua tribo. O menino Amalé foi adotado por Kamiru, que o desenterrou e o livrou da morte por ser filho de mãe solteira. Tirar os índios de suas tribos não é o objetivo principal da Organização Atini, instituída por Márcia e Edson. Para eles, o importante é conscientizar as pessoas

“ QUANDO SALVA, A CRIANÇA PODE SER ANULADA PELA SOCIEDADE INDÍGENA, SE ELA NASCER COM UMA CARACTERÍSTICA CONSIDERADA NEGATIVA, PODERÁ SER IGNORADA E NÃO FAZER PARTE DA TRIBO COMO O RESTANTE ”

que estão no meio - como médicos, agentes de saúde, antropólogos e professores -, por meio do diálogo.

No entanto, o infanticídio pode ser negado por alguns antropólogos. Carmen Junqueira, professora de antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), disse não ter conhecimento dos casos, mesmo na tribo dos Kamaiurás, onde trabalhou por mais de dez anos. “Eventualmente, pode ser até que exista, mas em muitas situações pode ser aborto. Eu nunca vi. As pessoas deveriam prestar atenção nas crianças brasileiras que morrem de fome e de necessidade todos os dias. Temos que cuidar da nossa população e deixar que os índios se cuidem como sempre aconteceu. Sempre viveram bem”, esclarece.

Na visão da antropologia, os índios têm que ter sua própria independência. Durante anos, os índios foram obrigados a se integrarem à nossa cultura. Agora, essa ideologia mudou e, para muitos, esse respeito chega a ser radical. Não é tão difícil de constatar o porquê, uma vez que vivemos em uma época em que os valores da nossa civilização também são questionáveis.

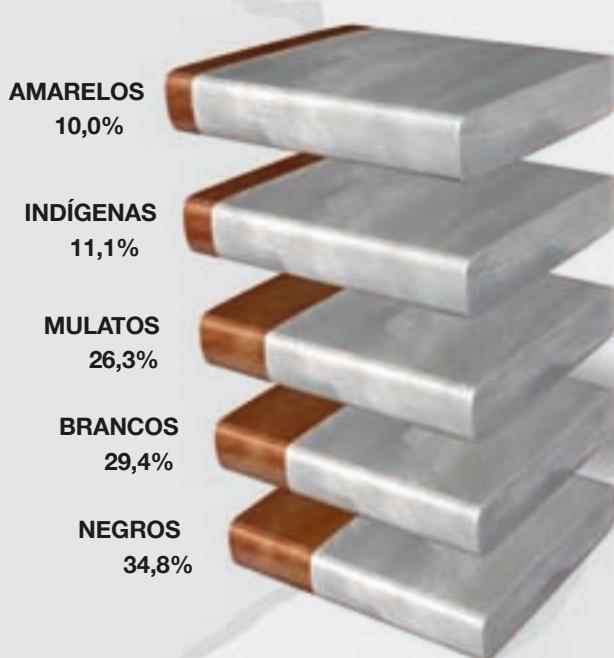
Raça negra e hipertensão arterial no Brasil

A HIPERTENSÃO ARTERIAL REPRESENTA UM FATOR DE RISCO INDEPENDENTE PARA DOENÇA CARDIOVASCULAR DE CUSTOS MÉDICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS ELEVADOS DECORRENTES DE COMPLICAÇÕES COMO: DOENÇA CÉREBROVASCULAR, DOENÇA ARTERIAL CORONARIANA, INSUFICIÊNCIA CARDÍACA, INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA E DOENÇA ARTERIAL OBSTRUTIVA PERIFÉRICA.

Segundo dados do Estudo Corações do Brasil, a porcentagem de sujeitos hipertensos ($PA > 140/90 \text{ mmHg}$) é maior na população negra, abrangendo 34,8 % dos participantes da pesquisa. Entre os Pardos/ Mulatos (as) a porcentagem é de 26,3%, Brancos 29,4 %, Indígenas 11,1 % e Amarelos 10%. O Estudo demonstra ainda que homens e mulheres negros apresentam taxas de hipertensão de duas à quatro vezes maiores do que as encontradas em homens e mulheres brancos, além de possuírem um alto grau de lesão em orgãos-alvo-coração, cérebro e rins o que possibilita a ocorrência de maiores complicações nesse quadro clínico, como: Insuficiência Cardíaca, Doença Renal, Acidente Vascular Encefálico Fatal e Não Fatal.

PRESSÃO ARTERIAL - RACA

MÉDIA DE 3 MEDIDAS POR RACA



PRESSÃO ARTERIAL - SEXO

MÉDIA DE 3 MEDIDAS POR SEXO



■ MAIOR QUE 140X90

ALGUMAS POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES PARA A PREVALÊNCIA DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NA POPULAÇÃO NEGRA SÃO AS SEGUINTEs:

- Os negros apresentam maior incidência de baixo peso ao nascerem;
- Experimentam uma menor queda de pressão arterial durante o sono;
- Possuem maior grau de hipertrofia do ventrículo esquerdo;
- Em razão de muitos enquadarem-se num nível sócio-econômico baixo, o acesso a serviços adequados de saúde encontra-se prejudicado, o que pode gerar uma série de complicações desde o diagnóstico ao tratamento;
- Encontram-se expostos em maior grau às situações de estresse psicossocial;
- Apresentam maior prevalência de obesidade;
- São mais sensíveis ao sal; entre outros.



Uma outra explicação intrigante, de cunho histórico, especula que a maior incidência de hipertensos na população negra pode ser também justificada como uma decorrência dos tempos da escravidão. Nessa linha de raciocínio, o legado desse período não se restringiria apenas ao campo sócio-histórico-político-econômico-cultural-subjetivo, mas seria ampliado ao campo genético. A taxa de mortalidade dos africanos escravizados durante a viagem girava em torno dos 30%. As diferentes causas abrangiam o suicídio e diversos tipos de infecções. No entanto, as causas de morte mais recorrentes eram Desidratação e Doenças Diarréicas. O que se infere é que a grande maioria dos sobreviventes possuía uma capacidade maior de retenção de sal (cloreto de sódio) e justamente por isso, demonstravam uma maior resistência às anormalidades eletrolíticas letais. Dessa maneira, o menor teor de sal no suor refletia a probabilidade do negro escravizado de sobreviver à viagem.

Em contrapartida, um estudo realizado com remanescentes de quilombos (Kalunga) no norte de Goiás em 1992 revelou que mesmo em grupos raciais com pré-disposição para Hipertensão quando há uma baixa ingestão de sal, atividade física constante, taxas reduzidas de obesidade e uma organização social pouco competitiva, os índices de hipertensão arterial são ínfimos e não se elevam significativamente com a idade; um forte indicativo de que em contextos que proporcionam uma menor exposição a fatores de risco, os níveis de incidência de hipertensão em negros são drasticamente reduzidos.

No cenário da saúde no Brasil, aproximadamente 30% dos óbitos são decorrentes de Doenças Cardiovasculares, sendo que o Acidente Vascular Cerebral (AVC) é a principal causa mortis. A Hipertensão Arterial está por trás de 40% dos óbitos por AVC, bem como de 25% dos Infartos Agudos do Miocárdio. O maior nível de incidência de Hipertensão Arterial em negros nos leva a concluir que a condição de saúde destes encontra-se consideravelmente mais vulnerável do que a dos demais no que diz respeito ao acometimento por Doenças Cardiovasculares.

Após constatar essa desconcertante realidade que deteriora a saúde dos negros, só me resta concluir que da retirada forçada da África, aos 300 anos de escravidão e aos outros 120 anos de 'libertação', o que nos espera é uma maca sem lençol em algum corredor de hospital do SUS.

DR. SÉRGIO FRANCISCO LUIZ é Cardiologista

FONTE: Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia;

Atlas Corações do Brasil

COLABORAÇÃO: Daniela da Silva Luiz



Agenda Cultural

POR RODRIGO MASSI

O MELHOR DA PROGRAMAÇÃO EM ARTES E CULTURA DE SÃO PAULO EXPOSIÇÕES

AS COLEÇÕES DO MUSEU NACIONAL DO AZULEJO DE LISBOA

A exposição, formada por 141 peças de azulejo e cerâmica do acervo do Museu Nacional do Azulejo de Lisboa, apresenta um amplo panorama da arte do azulejar do Renascimento aos dias atuais. Destaque para a obra “Grande panorama de Lisboa”, magnífico retrato panorâmico de Lisboa antes do terremoto de 1755.



ONDE: Galeria de Arte do SESI Avenida Paulista, 1313. **QUANDO:** Até de 20 de julho de 2008. Segunda-feira, das 11h às 20h. De terça a sábado, das 10h às 20h e domingo das 10 às 19h. **ENTRADA GRATUITA.**

Informações: (11) 3146-7405 / 7406 ou no site WWW.SESISP.ORG.BR



LUSA - A MATRIZ PORTUGUESA

A exposição integra as comemorações dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, o Centro Cultural Banco do Brasil apresenta exposição “Lusa - A matriz portuguesa”. Integram a mostra aproximadamente 150 peças de prestigiados museus portugueses que procuram abordar diferentes aspectos da cultura e história de Portugal.

ONDE: Centro Cultural Banco do Brasil. Rua Álvares Penteado, 112.
QUANDO: 17 de junho a 7 de setembro de 2008. **ENTRADA GRATUITA.**

Informações: (11) 3113-3600

Livros

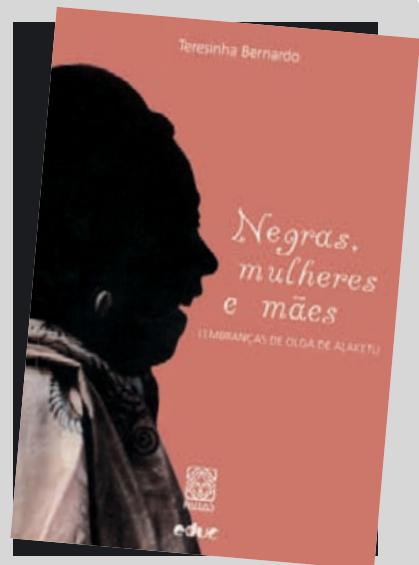
NEGROS, MULHERES E MÃES

O livro de Teresinha Bernardo, *Negras, Mulheres e MÃes* – lembranças de Olga de Alaketu, que foi sua tese de livre-docênciia, é uma antropologia das relações raciais no Brasil, orientada segundo dois vértices: gênero e religiosidade.

Em sua obra, a autora faz uma análise da mulher na sociedade brasileira a fim de mostrar as condições de inferioridade com que era referida no passado, sobretudo a mulher baiana, quando negra, exposta em condições bem adversas. Analisa, também, a herança cultural africana conflitante com a formação europeia imposta à sociedade branca e cristã no Brasil da época.

A religiosidade afro-brasileira é narrada pela autora a partir de Olga Francisca Régis, Olga de Alaketu, a ialorixá brasileira há mais tempo à frente de uma comunidade de candomblé. Da mulher quase mito – Olga – a autora passa ao estudo da mulher comum, pobre, trabalhadora e anônima.

Para os estudiosos que se interessam pelo assunto é um livro imperdível, do mesmo modo que aos negros em geral e às mulheres negras em particular, que ainda enfrentam barreiras impostas pela sociedade.



TÍTULO: Negras, mulheres e mães **AUTOR:** Teresinha Bernardo **EDITORA:** Pallas

PÁGINAS: 193 **ONDE COMPRAR:** Principais livrarias **QUANTO:** R\$ 32,00 e na livraria da PUC a R\$ 22,00.

RACISMO NO BRASIL



O Brasil não é um país racista, mas é um país onde existe racismo. Uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) mostra que 97% dos entrevistados afirmam não ter preconceito, enquanto 98% conhecem pessoas que já manifestaram algum tipo de discriminação racial.

O racismo no país é tema sempre discutível e atual devido aos paradoxos e mitos que apresenta. No livro “Racismo no Brasil”, escrito pela antropóloga da Universidade de São Paulo (USP), Lilia Moritz Schwarcz, é abordada a origem do racismo brasileiro. Em seu estudo a antropóloga revela a construção histórica do racismo no País, as teorias raciais no século 19 que justificam a miscigenação, os efeitos da escravidão, o apartheid social e a herança dos escravos que os afro-brasileiros carregam são levantadas e explicadas.

Também são comparados alguns aspectos do sistema racial no Brasil e nos Estados Unidos, país de grande segregação. Em sua obra, Lilia Moritz Schwarcz discute o mito da democracia e a discriminação racial (considerada diferente de racismo), e explica a formação do conceito de raça no País.

TÍTULO: Racismo no Brasil **AUTOR:** Lilia Moritz Schwarcz **EDITORA:** Publifolha **PÁGINAS:** 104 **QUANTO:** R\$ 17,90

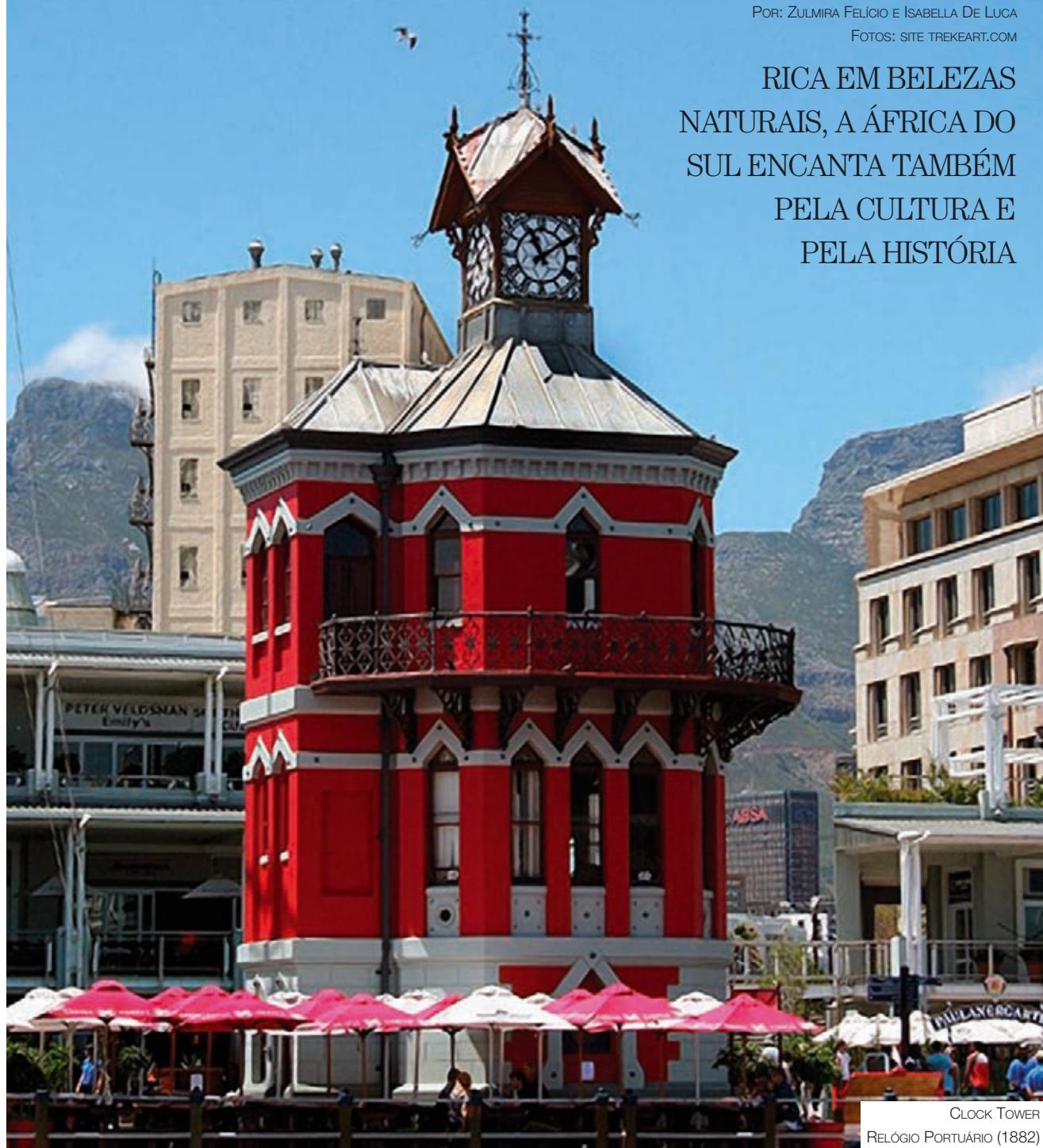
ONDE COMPRAR: principais livrarias, telefone 0800-140090 ou WWW.PUBLIFOLHA.COM.BR

África do Sul, costa dourada

POR: ZULMIRA FELÍCIO E ISABELLA DE LUCA

FOTOS: SITE TREKEART.COM

RICA EM BELEZAS
NATURAIS, A ÁFRICA DO
SUL ENCANTA TAMBÉM
PELA CULTURA E
PELA HISTÓRIA



CLOCK TOWER
RELÓGIO PORTUÁRIO (1882)

As 10 coisas que você TEM QUE FAZER na África do Sul

FONTE: CONSULADO GERAL DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL - SP



Ir a um safári



Visitar um “township” vilarejo



Descer a uma mina de ouro



Escalar a TableMountain



Um tour pela rota dos vinhos



Visitar The Palace/ Sun City



Visitar Robben Island



Assistir a um concerto de African Jazz



Fazer compras em Sandton, Gateway, Canal Walk ou Menlyn Shopping Centers



Saborear o Braai (churrasco) à noite, sob o céu africano



PARQUE NACIONAL DE PILANESBERG



CACHOEIRA - MPUMALANGA



UM DOS PAÍSES DE MAIOR CRESCIMENTO TURÍSTICO NO MUNDO, A ÁFRICA DO SUL É RESPONSÁVEL POR 8% DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NACIONAL. COM 3.000 KM DE COSTA “DOURADA”, O SURF, O MERGULHO E A OBSERVAÇÃO DE BALEIAS SÃO ATIVIDADES BEM PROCURADAS PELOS TURISTAS. BALONISMO, BUNGEE JUMPING, RAFTING, GOLFE E AS TRILHAS DE ESCALADA TAMBÉM FICAM EM FOCO, DEVIDO À DIVERSIDADE DA PAISAGEM NATURAL, QUE ABRANGE DESDE DESERTOS, FLORESTAS, ELEVAÇÕES MONTANHOSAS ATÉ PLANÍCIES.

O tour pelas vinícolas também chama a atenção. Vinhos produzidos na região de Constantia (zona urbana da cidade do Cabo, capital legislativa do país), em Paarl (a 60 km do Cabo) e na região do Overberg e de Stellenbosch são conceituados no mundo pela qualidade. Além disto, o turista não pode deixar de incluir no seu roteiro os safáris fotográficos e o turismo ecológico. O Consulado Geral da África do Sul no Brasil, em São Paulo, confere dicas de visitas através do site (www.africadosul.org.br). Dentre elas, destacam-se: escalar a Table Mountain, conhecer uma mina de ouro, ir a um safári, assistir o concerto de African Jazz, saborear o Braai à noite, típico churrasco africano, e fazer compras em Sandton, Gateway, Canal Walk ou Menlyn Shopping

Centers. O roteiro turístico também deve incluir visita a um “township” (vilarejo), ao The Palace em Sun City e à histórica Robben Island. Nessa ilha nasceu o principal representante do movimento antiapartheid, Nelson Mandela, que ficou preso por mais de duas décadas. Hoje, a prisão em Robben Island encontra-se tombada pelo patrimônio histórico.

Os turistas que visitam a África do Sul são atraídos pela cultura e pela história. Em 1990, o então presidente Frederic Willem de Clark, discursou contra o Apartheid, revogando leis que protegiam a discriminação racial. Foi nesse ano que Nelson Mandela foi libertado, e, em 1994, após a realização de eleições livres, foi eleito presidente da África do Sul, cargo que ocupou até 1999.





LEÕES

PARQUE NACIONAL KRUGER



SURFE

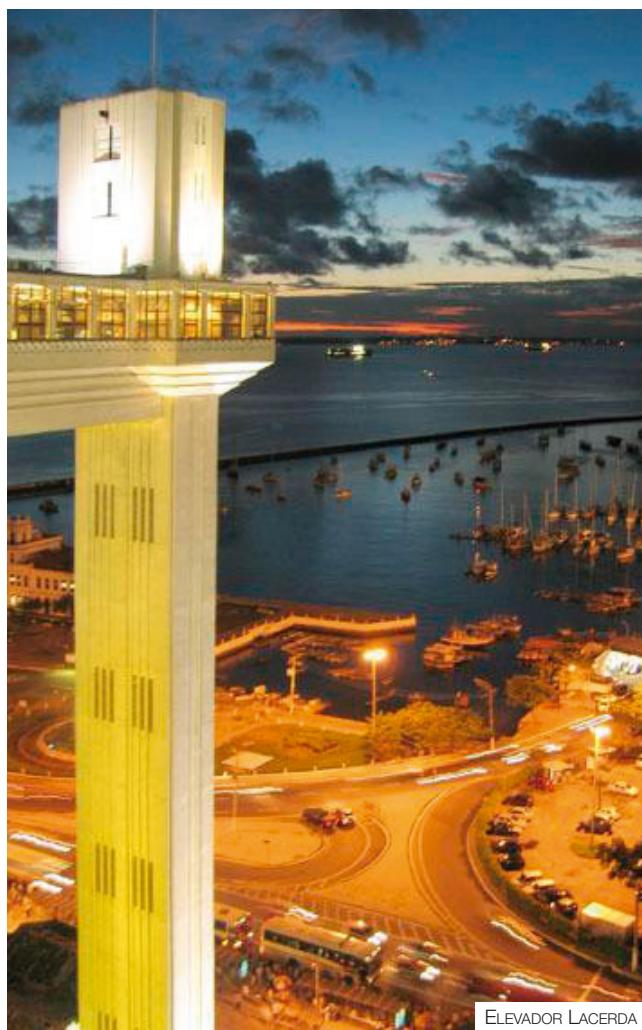
TABLE MOUNTAIN

Você já foi à Bahia?

POR: ANA LUIZA BIAZETO, ESPECIAL PARA AFIRMATIVA PLURAL

Quem conhece Salvador, sabe que é a terra da alegria, mas quem não visitou a cidade, certamente imagina o que pode proporcionar a música, a gastronomia, a cultura, a história, enfim, tudo o que está relacionado a esse lugar do Brasil, com raízes profundas no continente africano.

Na região metropolitana de Salvador, mais de 80% da população é negra. Os principais artistas, intelectuais e pensadores têm origem afro. E, claro, nada disso é mera coincidência. Foi ali que desembarcou boa parte dos escravos africanos vindos para o país, que tanto contribuíram para a formação da cultura brasileira.



ELEVADOR LACERDA

Como a Bahia já é destino certo para turistas do mundo todo, dentre eles africanos e diversos afrodescendentes, interessados em reatar suas raízes com a África, está em desenvolvimento o turismo étnico-afro no estado, a partir de uma estratégia de resgate, promoção e divulgação do legado africano. O Programa de Turismo Étnico, uma parceria entre a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia e o Ministério do Turismo, foi lançado em agosto de 2007, durante um dos seus principais eventos, a celebração da Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, em Cachoeira, a 110 km de Salvador.

Uma das medidas do programa, ressaltada pelo coordenador de Turismo Étnico-Afro, Billy Arquimimo, é a construção de “home-stays”, unidades de hospedagem que serão instaladas anexas a centros culturais e terreiros de candomblé de Salvador e do recôncavo baiano. “A idéia é serem construídas 40 neste ano e para isso serão investidos R\$ 6 milhões”, explica Arquimimo. Salvador é a terra da alegria. Quem chega na cidade não tem tempo para ficar triste, pois a alegria do povo é contagiosa. Os baianos adotam o turista assim que ele chega. Sabem tratar o visitante como nenhum outro povo; levam para cá, levam para lá, mostram as belezas da cidade, as curiosidades, o melhor lugar para comer - Sorriso da Dada, Boca de Galinha -, o melhor acarajé, o melhor lugar para dançar. Não se pode deixar de conhecer o Memorial de Mãe Menininha do Gantois/ Terreiro do Ilê Iyá Omin Axé Iyá Massê, Museu Ilê Ohun Lai Lai/ Casa das Coisas Antigas e nem de dançar com os blocos Afro Cortejo Afro, Ilê Aiyê.

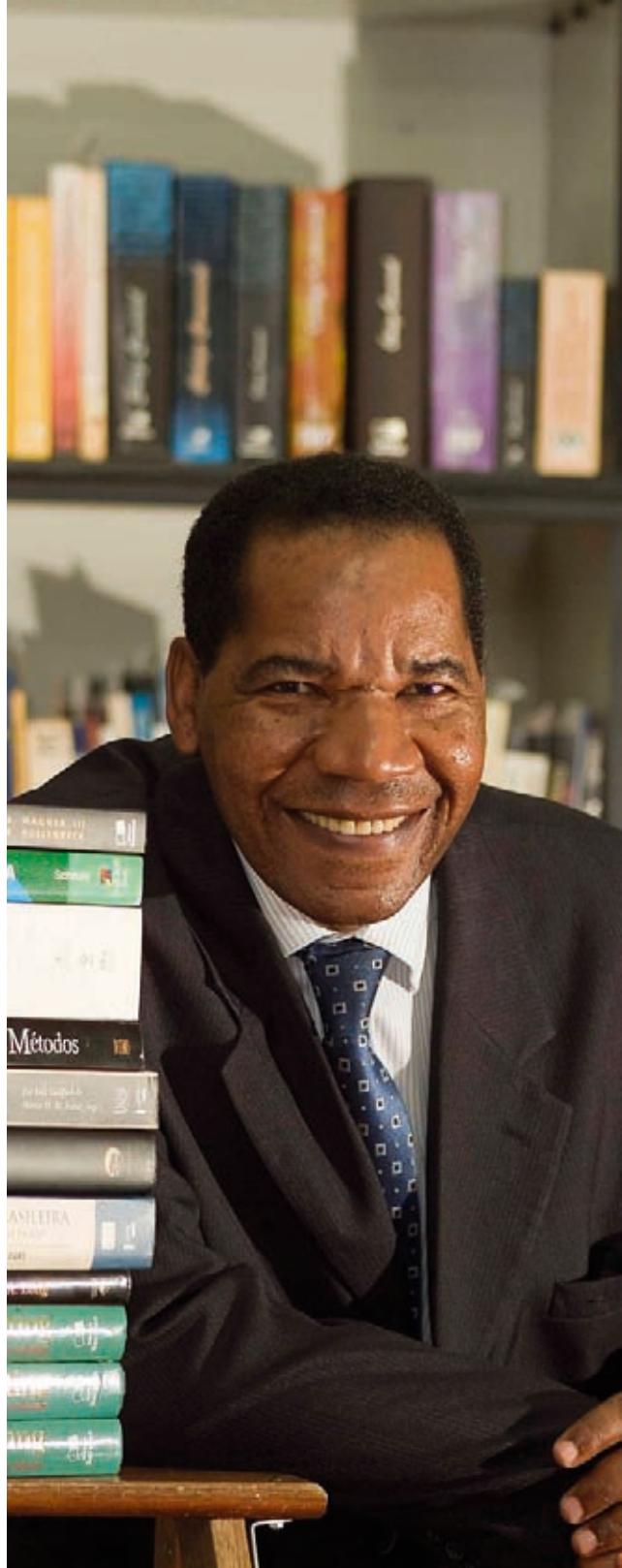
Das praias, não é preciso nem falar. As águas do mar de Salvador são as mais azuis de todo o litoral nordestino. Limpas, mornas, convidam a todos a mergulhar e a limpar todas as energias negativas, claro, já que reza e água “benzida” não fazem mal a ninguém e em Salvador, o que não falta é isso.



PELOURINHO



BAÍA DE TODOS OS SANTOS



EM WASHINGTON, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, NO FINAL DO MÊS DE ABRIL, CONHECI DE FORMA PRIVILEGIADA OS FIOS QUE SE ENTRELAÇAM PARA TECER OS CONTORNOS DE UMA NOVA FISIONOMIA POLÍTICA SOCIAL PLANETÁRIA. ALI, NO SALÃO NOBRE DO DEPARTAMENTO DE ESTADO CAPITANEADO POR CONDOLEEZZA RICE, POR TRÊS DIAS, CINCO SECRETÁRIOS NORTEAMERICANOS E QUATRO CENTENAS DE REITORES E PRESIDENTES DE UNIVERSIDADES, EMPRESAS, FUNDAÇÕES E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, AMERICANAS E DE TODA A PARTE DO MUNDO, REUNIDOS NO HIGHER EDUCACION SUMMIT FOR GLOBAL DEVELOPMENT, DEBATIAM OS NOVOS PRESSUPOSTOS DE ALCANCE E MANUTENÇÃO DA PAZ, DO PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO PARA AS NAÇÕES.

Negros: 120 anos de solidão

O relatório final traduziu e sintetizou a construção propugnada por Paul Kagame, presidente de Ruanda, no discurso da abertura: “O alcance desses fundamentos depende da disposição do Estado e da sociedade na garantia da participação de todos os grupos ou etnias, na criação, debate e decisão nacionais e na justa e equilibrada distribuição das chances e oportunidades entre seus cidadãos. Na nova era que se ergia, a educação, o conhecimento era valor estratégico, a melhor arma, o melhor capital, e as presões e solidariedades dos grupos sociais, a chave para garantia do acesso, da participação igualitária e da felicidade dos cidadãos. De outra forma, o Estado perderia a legitimidade e se tornaria insustentável e o indivíduo sem esperança e abandonado, combateria o próprio Estado ou morreria de solidão.”

Os cento e vinte anos da Abolição da escravatura que o Brasil registra nesse 13 de Maio é uma oportunidade especial para, uma vez mais, olhar de frente nossa grande ferida social, espantar nossos fantasmas imemoriais e tentar expiar nosso pecado original. E solidão parece ser a nota distintiva na tradução dessa tragédia nacional. Seqüestrados do seu país de origem, apartados da família, da história e da cultura, coisificados e transformados em mercadorias, escravizados, seviços e vilipendiados, não deve ter sido outro o mais contundente e mais definiente sentimento de cada homem e de cada mulher negra vitimada pela escravidão. Tão presente, tão per-

manente, tão fulminante e tão real que se naturalizou em verbete na língua nacional: Banzo, tristeza profunda motivada pelo sentimento de abandono, de solidão e que produzia uma nostalgia mortal nos negros vindos da África, na época da escravidão.

No Brasil das trevas erigido sobre o escravagismo, amparado pela ciência, sacramentado pela religião, referendado pelo silêncio social e legalizado pela lei, instituiu-se e manteve-se intacto um regime que destituía o indivíduo de suas feições humanas e autorizava a subordinação de um homem pelo outro mediante a força, em razão da sua inferioridade de raça. O negro não pôde entrar e participar da Casa Grande nacional. Por quase quatrocentos anos, o negro esteve só.

No Brasil das luzes e modernidades legais da união do mesmo sexo, da célula tronco, do sequenciamento do DNA, da soja transgênica, das empresas brasileiras multinacionais e do Investment grade, também o negro não entra e dele não participa. É de solidão o testemunho do nosso Ministro da Educação, Fernando Haddad: “Os privilegiados dessa turma – 126 jovens negros formandos do curso de administração da Unipalmares em 13 de março de 2008, em São Paulo - que se forma são os brancos, porque diferente de mim, puderam conviver com os negros. Durante os quinze anos que passei como aluno na USP não tive um único amigo negro em sala de aula”.

E é de mais solidão a realidade atual. Cinquenta por cento da representação nacional, são 99,6% os professores brancos da Universidade de São Paulo, maior Universidade da América do Sul;

nenhum é negro no primeiro e segundo escalão do governo do Estado e do Município de São Paulo, e 96,5% são os brancos nos cargos de direção das 500 maiores empresas do país que atuam sob a égide da responsabilidade social.

Invisível na estética e desconstituído na cultura e na religião, o Brasil de fora é black, o Brasil de dentro é white. Nem direita, nem esquerda, nem ABI, nem CNBB, nem CNI, nem MST. Sem sua mula e sem seu acre de terra, na maior nação de negros fora da África não existem negros no andar de cima para se ver. Nas trevas, nas luzes e mesmo na aurora da nova era, o negro brasileiro continua só. Não

teve o amparo de Deus porque não tinha alma. Não teve o amparo da lei porque não era humano, não tem a solidariedade social porque não existe raça.

O Banzo, tristeza profunda motivada pelo sentimento de abandono, de solidão e que produzia uma nostalgia mortal nos negros vindos da África, na época da escravidão, seguramente deverá ter sido a dor mais cruel das agruras do cativeiro.

JOSÉ VICENTE é presidente da Afrobras e reitor da Unipalmares

Valeu
Zumbi!

12/05/1913 - 14/06/2008



JAMELÃO